



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA – UFC

INSTITUTO DE CULTURA E ARTES (ICA)

CURSO DE JORNALISMO DA TERRA

TURMA LUIZ GAMA

***Folha de São Paulo* e a cobertura da luta do
Assentamento Milton Santos**

Antonio Kanova Junior

Fortaleza
2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA – UFC
INSTITUTO DE CULTURA E ARTES (ICA)
CURSO DE JORNALISMO DA TERRA
TURMA LUIZ GAMA

Monografia apresentada ao
Curso de Comunicação Social
da Universidade Federal do
Ceara como requisito para a
obtenção do grau de Bacharel
em Comunicação Social,
Habilitação em
Jornalismo, sob a orientação
do professor Ronaldo Salgado

Fortaleza

2013

Agradecimentos

A todas as famílias do Assentamento Milton Santos pela disposição em lutar mesmo com todos os problemas que enfrentamos.

Aos dirigentes que me indicaram na época e me incumbiram da tarefa de fazer este curso de Comunicação.

Ao Ronaldo Salgado pelas orientações – que mais pareciam aulas – durante os pouquíssimos encontros que tivemos e pelas cobranças feitas que me ajudaram a concluir este trabalho.

Ao Érico, que em certa medida assumiu o trabalho de coorientador.

À Turma de Jornalismo da Terra, pela convivência durante esses longos quatro anos, os quais foram divertidos.

E a todos aqueles que em certa medida puderam me ajudar, seja lendo, seja me ouvindo ou dando sugestões.

Folha de São Paulo e a cobertura da luta do Assentamento Milton Santos

Antonio Kanova Junior

Monografia apresentada ao
Curso de Comunicação Social
da Universidade Federal do
Ceara como requisito para a
obtenção do grau de Bacharel
em Comunicação Social,
Habilitação em
Jornalismo, sob a orientação
do professor Ronaldo Salgado

Banca Examinadora

Gilmar de Carvalho (UFC)

Márcia Vidal (UFC)

Mayra Lima

Profissional

Resumo

Este trabalho monográfico é um estudo de caso sobre as seis matérias veiculadas pelo jornal *Folha de São Paulo*, sobre a ocupação do INCRA e do Instituto Lula, no período de 15 a 25 de janeiro de 2013, pelas famílias do Assentamento Milton Santos. Este projeto tem como objetivo analisar sentidos discursivos e ideológicos, bem como os padrões de manipulação cometidos pelo jornal, a criar no imaginário das entrelinhas do texto uma visão deturpada sobre as lutas sociais, em conformidade com as contribuições, entre outros, de José Arbex, John B. Thompson e Perseu Abramo.

Palavras chaves: padrões de manipulação, imprensa, ideologia, análise de conteúdo, MST, questão agrária

Sumário

Introdução	7
1. Contextualização da Questão Agrária no Brasil	9
1.2 Questão agrária e governo militar	12
1.2.1 Estatuto da Terra	13
1.1 Esfriamento da questão agrária e o desenvolvimento no campo	15
1.4 Retomada da luta pela terra e surgimento do MST	17
1.4.1 Novo momento para discussão sobre a reforma agrária	18
1.5 MST e a luta no Estado de São Paulo	20
1.6 A luta pela terra na região de Campinas	21
1.6.1 Nasce o Assentamento Milton Santos	22
1.7 A ameaça iminente de despejo do assentamento	23
2.1 Imprensa brasileira e a <i>Folha de São Paulo</i>	28
2.2 Sob nova direção, hora de mudar o velho	29
2.3 <i>Folha</i> e o governo militar	32
2.4 A imprensa e sua forma de noticiar	33
2.4.1 Forma e o conteúdo: os padrões de manipulação.	35
2.5 Luta do Assentamento Milton Santos e a imprensa	38
3. <i>Folha de São Paulo</i> e a luta do Assentamento Milton Santos	40
3.1 Análise de conteúdo	40
3.2 Contextualização	40
3.3 Corpus	41
Conclusão	48
Bibliografia	49

Introdução

Neste trabalho, temos como objetivo investigar como os meios de comunicação hegemônicos usam de elementos ideológicos, de manipulação da informação para construir um consenso sobre as lutas sociais, com o objetivo de distorcer a realidade, criando, assim, uma massa de leitores alienados. Restringimo-nos a pesquisar a cobertura que o jornal *Folha de São Paulo* fez sobre a luta do Assentamento Milton Santos, na permanência na área onde as famílias estão assentadas.

Entendido minimamente o papel da imprensa, nos vem outra questão. Como é feito tudo isso? As contradições sociais estão sempre aflorando, sejam através da luta pelo acesso a terra, pela luta por moradia, ou ainda a luta pela não redução de direitos já conquistados.

Este trabalho faz uma contextualização da questão agrária desde a invasão da colônia portuguesa nas terras indígenas, o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na década de 1980, até o surgimento do Assentamento Milton Santos, que fazemos referência nesta pesquisa. Faço relatos sobre algumas lutas importantes, como as Ligas Camponesas no Nordeste do País.

No segundo capítulo, é necessário explicar qual o entendimento que faço sobre os meios de comunicação de massa, seus objetivos e as maneiras de posicionar sobre determinados momentos históricos. É nesse momento também que começamos a conhecer quem é a *Folha de São Paulo*, como se consolida ela como um grande jornal de abrangência nacional. O jornal também faz inovações do ponto de vista político-cultural, criando um manual de redação, o trabalho do ombudsman – primeiro jornal brasileiro a fazer tais façanhas.

Nesse capítulo faço meu levantamento teórico, dialogando com pesquisadores e profissionais do jornalismo, que escreveram sobre a imprensa. Entre esse nos lembramos dos jornalistas e professores Perseu Abramos e José Arbex, os quais escreveram livros sobre a imprensa e a maneira de atuação delas.

No último capítulo, fazemos a análise das notícias publicadas pela *Folha*. A metodologia usada é o estudo de caso voltado para questões ideológicas, de conteúdo e fundamentado em pesquisa bibliográfica e no material empírico (algumas edições do

jornal), o que possibilita estudar os sentidos linguísticos, os posicionamentos ideológicos na construção dos textos. Também usamos os *padrões de manipulação na grande imprensa* para observar as formas de manipulação usadas pelo jornal.

1. Contextualização da Questão Agrária no Brasil

A discussão sobre a questão agrária vai muito além do que pretendo-se apresentar neste capítulo. Aqui o objetivo é apenas contextualizar alguns fenômenos que ocorreram durante um período longo e foram observados por diversos pesquisadores. Ir além de uma simples contextualização, representa nesse momento, um olhar mais minucioso e detalhado sobre o avanço do capital agrário e suas consequências na sociedade, observando quais as correlações de forças que existem dentro do governo neoliberal (FHC) e neodesenvolvimentistas (Petistas) cruzando ambas as informações. Seria interessante observar quais teriam sido as posturas tomadas pelas organizações que defendem a reforma agrária e seus desafios. Isso não é o objetivo deste trabalho.

A luta pela terra no Brasil começa desde a invasão dos colonizadores portugueses. Houve um processo de luta e resistência por parte dos índios contra o império Português, que tinha como objetivo retirar as riquezas naturais pertencentes aos povos indígenas e colonizar o País. Nesse período já é possível ver a luta pela terra no Brasil.

Após o processo de colonização do Brasil, os portugueses necessitavam de mão-de-obra escrava para o serviço manual dos engenhos e dos garimpos, entre outras atividades. Com essa necessidade, os portugueses trouxeram escravos negros de outros continentes. Esses escravos se revoltaram contra os senhores deles, fugiram das senzalas e criaram quilombos no meio das matas. Além da liberdade, que nesse momento era a principal bandeira de luta, já era possível identificar a luta pela terra. Não bastava fugir, era preciso sobreviver.

Ter um espaço totalmente ocupado significava expandir as divisas. Foi o que fizeram os portugueses criando as capitanias hereditárias e a lei de terras, que era excludente à maior parte da sociedade. Nesse período colonial surgem os latifúndios, levando a concentração das terras às mãos de poucos.

A política de terras desde o Brasil colonial priorizou a concentração fundiária primeiramente pela concessão de grandes extensões de terras e depois com o processo de modernização da política de terras, que previa a venda de terras públicas como uma forma de obter rendimentos para o Estado (SILVA, 2009, p.31).

Essa prática adotada pela monarquia portuguesa beneficiava apenas uma minoria que podia adquirir e usufruir das terras, produzindo cana de açúcar para o consumo

européu, com mão-de-obra escrava. Não eram os escravos nem os índios que podiam comprar terras, uma vez que o trabalho era de forma escravista. As terras vendidas pelo reinado português eram compradas por uma burguesia portuguesa, que tinha poder financeiro de aquisição.

1.1 Acirramento dos conflitos pela terra

A reforma agrária começa a ser discutida a partir da década de 20 do século passado e ganha mais ênfase na década de 40, quando o governo cria leis que desapropriam terras para fins públicos. “A reforma agrária só entrou para agenda política a partir da constituição de 1946 que inclui, em seu artigo 147, as desapropriações por utilidade pública segundo a concepção de que o uso da propriedade deve estar vinculado ao bem estar social”. (SILVA, 2009, p 32.).

Silva afirma que “durante este período não houve mudanças significativas em relação à questão agrária e a estrutura de poder no campo”. Foi um período da história brasileira onde as lutas pela terra eram localizadas e não tinham força para alterar a estrutura agrária do País.

As próximas décadas são marcadas pelo acirramento dos conflitos no campo. Surgem nesse período várias lutas camponesas em diferentes estados. “Desses conflitos, talvez os mais importantes tenham sido a guerrilha de Porecatu (em 1950, entre a divisa do Estado de São Paulo e Paraná), a revolta de Dona Noca (no interior do Maranhão, em 1951) e a implantação do Território Livre de Tromba-Formoso, abrangendo uma área de dez mil quilômetros quadrados ao norte de Goiás, sob o comando de José Porfírio” (Azevedo, 1982, p.57. *Apud* Silva, 2009, p 36).

Esse período da década de 1950 e 1960 é importante para a classe trabalhadora camponesa. Além das lutas que aconteceram em todo o território nacional, surge a necessidade de organizar novas formas de luta que articulassem e estruturassem os trabalhadores camponeses. Um período onde sindicatos, associações e federações de trabalhadores tivessem uma atuação política importante. Final da década de 50, as Ligas Camponesas se reorganizam¹ no Nordeste. Tinham como finalidade, segundo Silva (2009), “questionar a exploração a que os posseiros estavam submetidos”. A justiça

¹ A primeira liga camponesa surge como um braço do Partido Comunista Brasileiro. Ver mais Silva (2009.p, 34)

posicionou-se favorável às ligas, desapropriando o Engenho Galileia, dando conquista importantes aos trabalhadores.

Foi uma vitória importante dos camponeses, que poderiam abrir para novas conquistas, e isso preocupava aos senhores de engenho, os quais se sentiram ameaçados. Isso é luta de classes e a burguesia se articula para impedir que os posseiros avançassem nas conquistas.

Essa vitória dos camponeses revolta os senhores de engenhos, e os conflitos no campo começam a ter um acirramento maior, levando os mesmos senhores a encomendar assassinatos de várias lideranças das ligas.

Quando a classe trabalhadora começa a se rebelar contra o sistema vigente e as contradições sociais começam a se tornar notórias, ocorre um processo de controle social por parte do Estado. É justamente isso que ocorre com as ligas.

A irrupção das massas urbanas e rurais no processo político estava ameaçando o equilíbrio e o funcionamento das relações e estruturas de dominação vigentes. Por isso, o governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, uma parte dos membros do Congresso Nacional, vários governadores de estados do Nordeste, economistas, técnicos e boa parte da opinião pública nacional optaram pela criação de uma estrutura estatal mais global e dinâmica que as organizações burocráticas preexistentes na região. (Ianni, p.216. *Apud* Silva, 2009, pág. 38).

Nesse contexto de conflitos no campo, o olhar do Estado se volta para essa região. Surge nesse momento a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). “Conforme se acreditava então, era urgente fazer algo para reduzir o custo social das transformações estruturais inevitáveis e iminentes. Ou faziam-se as reformas necessárias ou haveria rupturas cataclísmicas.” (Ianni, p.216. *Apud* Silva, 2009, pág. 38)

No Rio Grande do Sul, surge a o Movimento dos Sem Terra (MASTER), o qual depois vai ter papel importante na criação do Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST). Ainda nesse período de criação de novas organizações dos trabalhadores camponeses, surge a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

A reforma agrária passou a ser entendida de forma diferente pelas organizações que a propunham. “A ULTAB [União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil] via a reforma agrária como uma passagem indispensável e não um fim em si mesma, enquanto as lideranças das Ligas consideravam a reforma agrária como algo a

ser alcançado de imediato, como um passo para um ‘revolução de conteúdo socializador’” (SOUZA, 1998, *apud*, Silva, 2009, 38).

O governo de João Goulart (1961-1964), com o objetivo de ter um apoio maior da população menos favorecida e de trabalhadores rurais, cria pacotes de medidas que beneficiam os trabalhadores. Dentro disso temos.

A política governamental tratou, por sua vez, de conceder determinados benefícios aos trabalhadores rurais, principalmente relacionados à legislação trabalhista. Por meios destas estratégias João Goulart pretendia conquistar o apoio popular para o seu governo. Em 1962, foi criada a Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA) e, em 1963, entrou em vigor o Estatuto do Trabalhador Rural que estabelecia o salário mínimo rural, férias, previdência social etc. (Silva, 2009, p, 38).

A estratégia de Goulart era manter um controle do Estado sobre essas organizações que emergiam. “Ao mesmo tempo em que este pretendia corresponder à atuação das diversas organizações existentes, as concessões eram uma estratégia para manter o controle governamental sobre os movimentos populares”. (Silva, 2009, p, 39).

Essas concessões dadas pelo governo de João Goulart não agradam às classes dominantes, que veem isso negativamente. Os trabalhadores rurais, por sua vez, fazem a leitura desse processo como uma forma de avançar nas conquistas e continuar a pressionar o Estado.

Os proprietários se fecham a cada nova concessão às massas, ao passo que os camponeses e seus líderes interpretavam a aparente receptividade no palácio presidencial como um sinal verde para fazerem pressão no serviço de reformas mais radicais. (FORMAN, 1979, *apud*, Silva, 2009, 39).

1.2 Questão agrária e governo militar

Essas medidas reformistas tomadas pelo governo chamam a atenção da classe dominante, que se sentem ameaçada pela classe oprimida. Diante dessas reformas e do discurso progressista do Goulart, os empresários e latifundiários somados aos militares dão um golpe de Estado. “As reformas de base, dentre elas a reforma agrária, anunciadas no discurso de João Goulart em março de 1964, têm sido apontadas como o principal fato que teria levado os setores conservadores a decretarem o golpe de 1964”. (Silva, 2009, p, 39)

Dentro da base política do governo militar, existia o setor agrário composto por latifundiários e grandes proprietários de terras. Esse grupo organizado foi determinante

no golpe em 64 e depois para pressionar o governo a tomar medidas que controlassem a reforma agrária proposta por João Goulart. “Foi essa burguesia agrária que alimentou uma vasta campanha contra a ideia e as medidas de reforma agrária que estavam sendo cogitadas pelo governo do Presidente João Goulart, nos anos 1961-64” (IANNI, 1979, pág. 243).

O governo militar precisava desenvolver economicamente o país. Uma das estratégias tomadas era investir financeiramente no campo, dentro dos moldes capitalistas. Naquele momento fazer uma reforma agrária representava resolver um problema social, distribuindo terras para quem não tinha acesso às elas, investindo na pequena produção para abastecimento do mercado interno e infraestrutura para aumento da produção. Isso inviabilizaria

Após o golpe ditatorial de 64, os militares criaram o Estatuto da Terra. Essa foi a maneira que o governo encontrou para tentar resolver a questão agrária, criando o estatuto, que tinha o objetivo de agradar aos trabalhadores do campo, minimizando naquele período a pressão que vinha de baixo para cima.

Convém lembrar, porém, que o Estatuto da Terra, promulgado poucos meses após o movimento militar que destituiu o governo João Goulart, visava, em parte, atender, de forma mitigada, a grande reivindicação dos trabalhadores rurais e dos “camponeses” (aspas por conta do autor) e a consolidação de um sistema tecnoburocrático de poder levou o próprio Governo a procurar soluções que se dirigissem mais no sentido de modernizar a agricultura, através da elevação da produção e da produtividade do que de modificações de estrutura. (ANDRADE, 1981, pág. 15)

A reforma agrária seria feita de forma vertical, ou seja, de cima para baixo, onde o governo militar resolveria os conflitos no campo sem uma participação das organizações sociais, as quais exigiam a distribuição das terras. O governo militar não permitia oposição ao seu governo e toda forma de pressão contra os interesses governamentais era tratado na repressão, com perseguição de opositores. “O governo militar entendia, portanto, que as medidas reformistas eram necessárias, mas que os grupos e as mediações políticas para concretizá-las eram desnecessárias e nocivas” (MARTINS, 1984, Pág. 31).

1.2.1 Estatuto da Terra

O objetivo do Estatuto da Terra era: “O conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de posse e

uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e o aumento da produtividade” (ESTATUTO DA TERRA, lei 4554, art 1ª, § 1ª.).

No artigo 16º, que estabelece “um sistema de relações entre o homem, a justiça social, o progresso e o bem estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (Estatuto da terra, art 16.), o Estatuto da terra questionava a existência dos minifúndios e os latifúndios, entendendo que ambos seriam um problema para o desenvolvimento do país. Fazer tais questionamentos sobre a concentração das terras era arrumar confusão com a burguesia do campo, que compunha o governo. Essa grupo e se opôs as tais mudança na estrutura agrária do Brasil, apontadas no estatuto.

Na prática, a teoria é diferente. O Estatuto da Terra estava muito abaixo das reivindicações feitas pelos trabalhadores do campo, mas, caso o estatuto fosse bem aplicado, representaria uma “reestruturação agraria (...) que permitiria ao país fortalecer sua produção para o mercado externo e se habilitar a abastecer ao mercado interno” (ANDRADE, pág 15).

O estatuto era apenas uma forma de o governo militar conter as massas no campo. Os militares não poderiam fazer qualquer tipo de mudança na estrutura agrária. Esse tipo de alteração poderia colocar em risco o governo militar, na medida em que a “estrutura fundiária tem grande integração com a própria estrutura de poder”. (ANDRADE, pág. 15).

Com o posicionamento contrário da burguesia rural, o governo militar fez alterações no Estatuto da Terra, entre elas, a alteração do parágrafo que previa a possibilidade de desapropriações de terras improdutivas. Não foi, porém, determinado o que seria terra improdutiva, inviabilizando a aplicação do estatuto.

O governo decidiu não aplicar o estatuto, procurando executar medidas que ajudassem no desenvolvimento do campo, aumentando a produção e a renda da terra, já que nesse período o capitalismo internacional estava em pleno desenvolvimento e aberto para as exportações – e isso interessava ao Brasil.

Foram criados dois órgãos: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que tinha a finalidade de cadastrar as propriedades, e o Instituto Nacional de

Desenvolvimento Agrário (INDA), no qual a finalidade era cuidar dos programas de colonização existentes.

O governo já havia controlado as lutas dos trabalhadores do campo e, vendo que o IBRA e o INDA estavam sem muita mobilidade, os junta, criando em agosto de 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que assume o papel dos órgãos antecessores.

Por outro lado, a região Nordeste sofria com a seca e os efeitos climáticos, enquanto o governo queria preservar a região amazônica contra a vinda de estrangeiros. O governo uniu o útil ao agradável, dando para empresas incentivos fiscais para a colonização da Amazônia, e tentou mudar posseiros, arrendatários das regiões onde havia conflitos.

Neste período, iniciaram-se também os projetos de colonização na região da Amazônia, pois segundo a ideologia difundida pelos militares ela deveria ser ocupada para preservá-la dos estrangeiros... O governo passou então a oferecer diversos incentivos fiscais para que arrendatários, colonos etc., das regiões onde estavam ocorrendo conflitos. (SILVA, 2009, p. 42).

Na década de 70 o governo deixou de lado a aplicação do Estatuto da Terra para apresentar projetos e planos de investimentos para o Norte e Nordeste do País. Surgem nesse período o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos e Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), o Programa Nacional do Alcool (PROÁCOOL), financiando os produtores de cana de açúcar para compra de novas máquinas.

1.1 Esfriamento da questão agrária e o desenvolvimento no campo

O governo militar caracterizou-se por dois principais motivos. Nos vinte anos de governo dos militares, no Brasil, a repressão era a principal forma de conter a oposição de pessoas e militantes que se opunham ao regime. O período ditatorial ficou conhecido por anos de chumbo, onde muitos morreram ou se exilaram, em outros países, por lutarem contra o regime militar.

Esse período também ficou conhecido pelo milagre econômico. O objetivo era crescer o Brasil, recuperando o atraso que a economia brasileira vivia investindo nas indústrias, a construção civil estava em alta e o campo produzindo para exportação. Junto a esse crescimento houve também o que chama-se êxodo rural, onde trabalhadores do campo, sem perspectiva de sobrevivência e a concorrência desleal entre grandes e

pequenos e estes começam a migrar para os grandes centros, em busca de trabalho e melhores condições para se sustentar.

Década de 70 é marcado pelo capitalismo chegando com força no Brasil. “Nesses anos, o processo de subordinação da agricultura à indústria, do campo à cidade, entrou em uma fase talvez mais intensa e generalizada do que em ocasiões anteriores de tempo recente.” (Ianni, 1979, pág. 15).

Nas regiões onde o capital estava em processo menos avançado ou ainda não se desenvolveu, há apoio e financiamento do Estado, levando em consideração o grau de desenvolvimento de cada região.

O governo militar, por meio de incentivos e créditos, estimula à modernização no campo por meio de aquisição de novas tecnologias e insumos, que aumentassem a produção e os lucros, o que acarretava a diminuição da mão-de-obra através do processo de mecanização. (SILVA, 2009, pág. 44).

Esses subsídios do Estado culminaram no aumento da concentração de terras no Brasil.

“A área média do estabelecimento agropecuário cresceu de 60,0 hectares, em 1970, para 64,9 hectares, em 1975 e para 71,1 hectares em 1980, segundo os três respectivos censos. Consequentemente, o índice de Gini, calculado para aqueles mesmo anos, evoluiu de 0,844 para 0,855 para 0,859, acusando grave aumento da desigualdade e da concentração da propriedade agrária (IBASE³⁰, 1984, p.97-98)”.

O pequeno produtor e a agricultura família não tinham acesso e apoio do Estado. A concorrência entre pequenos e grandes proprietários de terras era favorável aos que tinham incentivos do governo, obtinham acesso a máquinas e por isso dispunham de menos força de trabalho na sua produção. A equação de disputa era pequenos produtores vendendo suas terras para aqueles que tinham dinheiro para aquisição.

O que ocorre nesse momento é o capital financeiro se apossando destas terras, aumentando ainda mais a concentração fundiária no Brasil.

O tiro sai pela culatra. Os investimentos no campo, por parte do governo não surtiram o efeito esperado. Os gastos com manutenção de maquinários eram altos. Portanto, era mais barato manter trabalhadores com salários mais baixos do que gastar com a mecânica dos equipamentos. Esses trabalhadores acabam trabalhando em regime de exploração, indo às ruas em um segundo momento.

1.4 Retomada da luta pela terra e surgimento do MST

Os trabalhadores saem às ruas para pedir o direito a democracia e o fim da ditadura. Vários conflitos surgem nesse momento, alguns ganham visibilidade outros nem tanto. Grupos de guerrilheiros armados surgem nesse momento. Temos como exemplo, a Guerrilha do Araguaia, na região amazônica durando cerca de cinco anos (1970-1975).

O setor mais progressista da igreja começa a tomar outra postura participando na luta pela terra e pela democracia. Em 1975, surge Comissão Pastoral pela Terra (CPT), adeptos a “Teologia da Libertação” fazendo “a opção pelos pobres e marginalizados” (SILVA, 2009, pág. 46). Eles davam apoio para os camponeses se organizarem.

Nesse momento já havia um descontentamento social e somado aos subsídios que o governo militar concedia para o campo, levou a organização de lutas pontuais, mas importantes para o surgimento de movimentos sociais organizados. Dentre eles esta o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No início da década de 80 aconteceram as primeiras ocupações de terra. Em 1980 a ocupação do Burro Branco, no município de Campos Erê, Rio Grande do Sul, fazenda Primavera, em Andradina, interior de São Paulo. Em 1981 o acampamento na Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul.

É um momento importante na história política do Brasil. As lutas, as ocupações eram pelo acesso as terras e pela abertura política no País. A população queria terra, liberdade de expressão, direitos políticos.

MST surge oficialmente em janeiro de 1984, no 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel no Paraná. Este encontro foi organizado pela Igreja Católica e teve participação de outros estados e entidades como Central Única dos Trabalhadores (CUT), Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), Pastoral Operária de São Paulo e CIMI (Conselho Indígena Missionário).

O Estatuto da Terra não agradava quem defendia e exigia a reforma agrária, no entanto exigiam que essa lei fosse aplicada. “Durante este período, apesar de contestar diversos pontos do Estatuto da Terra o Movimento utilizou as prerrogativas legais contidas para fazer valer as reivindicações do acesso a terra”. (SILVA, 2009, pág. 48).

Um ano após esse encontro nacional, de janeiro de 1984 acontece o 1º Congresso Nacional do MST, onde o lema era “Sem reforma agrária, não há democracia”. Tendo como grito de ordem “A ocupação é a única solução” (SILVA, 2009, pag 41). Já é possível ver a reforma agrária como uma ferramenta política, importante para uma transformação social.

“A reforma agrária, fixando o homem ao campo, tornando-o produtor, melhora o seu nível de renda e freia sua fúria para a cidade, tornando-o um consumidor dos produtos industriais e dos serviços; fortalece a economia interna, com repercussões em outros setores. Essa política porém não é feita até hoje, apesar da legislação existente, porque a ela se opõem os grandes setores da burguesia nacional que veem na aquisição de grandes propriedades um excelente emprego de capital, um bom investimento” (ANDRADE, 1981, pág. 97).

O movimento se consolida inicialmente em 12 estados, organizando ocupações e acampamentos permanentes. Atualmente o MST está em 23 estados e Distrito Federal. Tornando-se o maior movimento de massas, no Brasil.

1.4.1 Novo momento para discussão sobre a reforma agrária

Após a abertura política no País, a questão agrária começou a ser discutida de outra maneira. Em 1984, o candidato à presidência da república Tancredo Neves, assumiu o “compromisso de encaminhar uma política agrária no país”. (SILVA, 2009, pág. 51). Os movimentos sociais naquele momento cobram suas reivindicações.

Nesse momento da nova democracia, há uma grande movimentação política no país. A reforma agrária passa a ser pauta do dia e abre um grande debate em torno do tema. Movimentos sociais do campo, sindicato rural, confederação, associação, intelectuais progressistas, setores da igreja todos se debruçam para pensar um projeto de reforma agrária.

Foi apresentado o Plano Nacional de Reforma Agrária. Este projeto rendeu bastante discussão, setores compostos por latifúndios combateram a proposta inicial, passando por modificações “que acabaram comprometendo a proposta inicial” (SILVA, 2009, pag 52).

A expectativa era grande a cerca do PNRA e também gerou pressão popular para aprovação do projeto sendo favorável aos camponeses. Essas ações de pressão, de

ocupações levou a criação da União Democrática Ruralista (UDR), aos conservadores da direita e de latifundiários.

Depois de algumas alterações surge a versão final.

“Depois de muitos debates a versão conciliatória do Plano Nacional de Reforma Agrária foi publicada em 10 de outubro de 1985. O principal objetivo da proposta era contribuir para mudar a estrutura fundiária do país, eliminando o minifúndio e o latifúndio, assegurando um regime de posse e uso, visando a obtenção da justiça social e a utilização social da terra. Dentre outras preocupações, visava contribuir para o aumento da oferta de alimentos e matéria-prima para o mercado interno. A proposta da PNRA previa, para o período de 1985/1989, o assentamento de 1,4 milhões de famílias, em 43 milhões de hectares” (SILVA, 1996, *apud*, Silva, 2009,52).

O Sarney quando assume o governo resolve fazer, em paralelo, mudanças que desviariam do objetivo do PNRA que era fazer a reforma agrária.

Passado o período ditatorial a reforma agrária passa por reformulações. No primeiro momento há uma intenção de fazer uma reforma agrária. A cada presidente que assume o governo há mudanças no projeto inicial, ora positiva, ora negativa. Isso acontece conforme a correlação de forças que existem dentro do governo. Como a bancada ruralista – como são conhecidos os membros da UDR que estão nas instâncias do estado (senado e câmaras de deputados) – crescem e fazem pressão a favor dos latifundiários, dentro dos governos há essas alterações.

Para compreender melhor algumas questões é necessário voltar ao estudo do Marx, onde ele explica o papel do estado no funcionamento do capital. “O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (MARX/ENGELS, 2008, pág. 12). A terra é vista como uma mercadoria a serviço do capital.

No governo do Collor, os despejos das ocupações estavam sendo com mais violência e isso fez o movimento mudar suas estratégias de atuação. Em 1990, o MST faz seu II Congresso Nacional do MST, onde sai o lema “Ocupar, Resistir e Produzir”.

Em 1995, em seu III Congresso Nacional do MST, onde o lema se torna “Reforma Agrária: Uma luta de todos”, nesse momento o movimento já se torna nacional, contando com a participação de 22 estados.

Nos anos seguintes o movimento ganha uma repercussão nacional e internacional. Após os massacres de Corumbiara (1995), Eldorado dos Carajás (1996) e

a marcha nacional, em 1997, organizada pelo movimento, com o tema “Emprego, Justiça e Reforma Agrária”, contando com mais de 100 mil marchantes, saindo de Rio de Janeiro rumo a capital federal.

Esse período o movimento ganha grande repercussão nacionalmente, saindo notícias na imprensa nacional e mundial.

1.5 MST e a luta no Estado de São Paulo

A luta pela terra em São Paulo surge após a abertura política. Surge o assentamento em Sumaré, Pontal, Andradina e o Movimento dos Sem Terras do Oeste do Estado de São Paulo essas áreas foram determinantes para o surgimento do MST no estado de São Paulo. Sendo a primeira ocupação do movimento na região de Andradina, com a ocupação da Fazenda Primavera. Há um envolvimento da Comunidade Eclesiástica de Base (CEB's).

Em Sumaré, próximo ao assentamento Milton Santos, em Americana. Ambos pertencem a região metropolitana de Campinas. As famílias tomaram dois despejos e depois de ficar acampada, na beira da rodovia Anhanguera, foram assentadas no município, tornando-se o Assentamento Sumaré I.

A Comissão Pastoral pela Terra (CPT) organiza um encontro entre esses sem terras, dessas regiões citada a cima. Também estiverem pessoas que participaram do I Encontro Nacional do MST, em Cascavel.

Em 1985, surge o Sumaré II, já organizado pelo MST, com os princípios do movimento. As famílias ocupam uma fazenda da Ferrovia Paulista SA (Fepasa), sendo assentadas em uma área provisória, na área do Horto Boa Vista, Sumaré. Passados 10 anos as famílias foram transferidas para a área atual.

O movimento cresce pelo estado, fazendo ocupações por todas as regiões. Sendo intensa na região do Pontal do Paranapanema, divisa com o Mato Grosso.

Na região sul do país, os acampamento e assentamento são divididos por brigadas. No estado de São Paulo foi diferente, dividindo-se por regiões. Entre elas temos: Pontal do Paranapanema, Andradina, Itapeva, Promissão, Grande São Paulo que depois é desmembrada em outras regionais, Sorocaba, Iaras, Vale do Paraíba, Ribeirão Preto e Campinas a ultima sendo a mais nova a surgir.

O estado se divide em duas grandes regiões. Região do eixo do campo e região do eixo metropolitano. No primeiro se encontra as regionais de Pontal do Paranapanema, Andradina, Itapeva, Promissão e Iaras. No segundo se encontram as regionais de Sorocaba, Vale do Paraíba, Ribeirão Preto e Campinas.

1.6 A luta pela terra na região de Campinas

O que nos interessa aqui é falar sobre a regional de Campinas, onde é localizado o assentamento Milton Santos sujeitos envolvidos nesse projeto de pesquisa.

A regional de Campinas foi a última a se constituir enquanto região, no processo organizativo do MST. Isso aconteceu em 2000. Porém, o movimento já havia feito vários trabalhos de base, levando famílias para outras regiões do estado.

A região de Campinas é conhecida por vários polos econômicos, dentre eles temos: Americana, conhecida pelas indústrias têxteis; Paulínia, pela refinaria de petróleo; Limeira, conhecida pelas indústrias de bijuterias e metalúrgicas; Cosmópolis, tendo como principal fonte econômica a monocultura de cana de açúcar; e Campinas propriamente, por ser uma cidade que tem o comércio como o forte da economia, mas também possuindo grandes indústrias.

Em 2002, o movimento organiza um grupo de famílias, nessa nova regional. Surge então o acampamento Terra Sem Males. A primeira ocupação feita por esses trabalhadores foi no município de Bragança Paulista, na fazenda Capuava.

Eles tomaram o despejo, depois fizeram algumas ocupações na região, sem muito sucesso. Em 2003, as famílias foram para uma área de recuo, no assentamento Sumaré II, ainda na região de Campinas. Ficaram nessa área até o primeiro semestre de 2004.

Esse é um momento importante. As 170 famílias que ainda resistiram fizeram uma ocupação em Americana, na Fazenda Salto Grande. O juiz, no mesmo dia, expeliu a reintegração de posse a favor da Usina Ester, dando um prazo de uma semana para as famílias desocuparem a área.

Foram momentos tensos para as famílias. A polícia cercou o local impedindo a saída e entrada das pessoas, proibindo entrada de alimentos, doações ou qualquer tipo

de apoio ao acampamento. Além disso, o aparato polícia junto com os seguranças da usina aterrorizava as famílias, nas noites, com gritos que não deixava ninguém dormir.

A área ocupada era pertencente e família Abdala, muito conhecida por não pagar impostos ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), essa área ocupada foi arrecadada, em 1976, pelo governo militar, sendo repassada ao INSS pelo pagamento de impostos. Durante todo esse tempo a Usina Ester, por meio de arrendamento, usava a área de forma irregular.

As famílias foram retiradas da área, sendo encaminhadas pelo INCRA para outra área provisória. Depois de um ano as famílias foram encaminhadas região do estado, sendo assentado em Ribeirão Preto, no assentamento Mario Lago.

1.6.1 Nasce o Assentamento Milton Santos

Com o objetivo de criar novos focos de luta nessa região, o movimento continuou o trabalho de base. Em novembro de 2005, 50 famílias vindas deste trabalho de base ocupam Granja Malavazi, em Limeira. No período de quinze dias cerca de 300 pessoas já estavam acampadas na área.

O acampamento recebeu a liminar de reintegração de posse e as famílias teriam que sair da área até o dia 09 de dezembro. No dia anterior ao prazo final, as famílias ocuparam a Fazenda Santa Julia da Usina São Gerônimo, ainda no município de Limeira saída para Mogi Mirim, Interior de São Paulo.

Este acampamento não conseguiu ficar muito tempo na área. As famílias recebem a liminar de reintegração de posse e na antevéspera de Natal tiveram que desocupar a área.

Nesse momento as cerca de 150 famílias acampadas ali foram levadas pelo INCRA, para uma área em Americana e Cosmópolis. Esse local foi à mesma ocupada pelo acampamento Terra Sem Males, no ano de 2004, denominado área do Sítio Boa Vista.

Momento importante na região, após fruto de uma ocupação anterior o movimento consegue uma vitória. Criar um assentamento na RMC. A chegada nessa terra foi emocionante, a polícia escoltou o percurso entre Limeira e Americana. Na

chegada, já ao entardecer caiu um temporal, as pessoas tentaram esconder do jeito que era possível alguns dentro de carros ou caminhões, outros ficaram de baixo de uma lona esticada sobre a cama foi uma momento complicado para todos, mas ou mesmo tempo um alívio, pela certeza não serem despejadas desse local.

A portaria de criação do assentamento acontece em junho de 2006 e a partir desse momento as famílias são consideradas assentadas.

No processo organizativo as famílias escolhem um nome que será dado para o acampamento ou assentamento. Foi escolhido o nome do geógrafo Milton Santos, por ser um defensor dos direitos humanos, dos negros e da reforma agrária. Essa escolha se deu pelo fato de a primeira ocupação dessas famílias aconteceu na semana da consciência negra.

Na chegada à área definitiva era cerca de 150 famílias e durante o período de seleção alguns não se enquadravam nas exigências do INCRA ou foram desistindo por diversos motivos. Portanto só foram assentadas 74 famílias.

Durante os anos de 2006 a 2012, as famílias começam acessar os créditos de fomento, créditos habitação, apoio mulher, Pronaf (ver significado) entre outros. As casas já estão construídas, os assentados vivem da sua produção, as crianças e jovens vão às escolas tendo vida social fora da comunidade. Tudo parece correr normalmente para muitos.

1.7A ameaça iminente de despejo do assentamento

Em junho de 2012, os moradores são surpreendidos por uma liminar de reintegração de posse. Há um estranhamento geral no assentamento, ninguém imaginava que depois de serem assentados pelo INCRA, os moradores poderiam ser despejados.

O que ninguém sabia era que quando o INCRA arrecadou a área, em 2005 ainda corria uma disputa judicial entre INCRA, Usina Ester e a família Abdala. Nesta disputa o INCRA ganhou em primeira instância, cabendo recursos. Os antigos proprietários recorreram dessa sentença e ganharam em segunda instância. Ainda cabia recurso por parte do INCRA, porém esse prazo para recorrer foi perdido.

A situação tornou se crítica. Naquele momento todos teriam um prazo inicial para sair da área de 30 dias, esse prazo foi prorrogado para mais 120 dias indo até o

final de novembro. Dentro desse período todo, várias reuniões de negociação foram feitas com INCRA, assessores de Dilma, representantes do governo e parlamentares, além de duas ocupações (Escritório da Presidenta Dilma, em São Paulo e INCRA). As repostas deles eram sempre as mesmas. “Nós vamos resolver esse problema e vocês não vão ser despejados”. Porém na prática não era resolvido e o tempo ia passando, a agonia e a angustia de todos os assentados ia aumentando.

A data limite já havia chegado. Não havia solução além das promessas não cumpridas. Há qualquer momento o juiz despacharia o pedido de integração de posse. Não restavam muitas opções aos assentados. A estratégia era atacar na defensiva, fazer pressão e em ultimo caso resistir no assentamento.

No dia 15 de janeiro de 2013, a notificação do juiz chegou ao assentamento. O prazo final era de quinze dias, não cabendo mais recurso para postergar a data. Nesse mesmo dia o assentamento ocupou a sede do INCRA, em São Paulo pela segunda vez. Nesse espaço houve algumas reuniões com superintendente do INCRA (Welinton Dinis Monteiro), que não trouxeram resultados concretos.

Não estando resolvido o problema do despejo foi necessário fazer uma ação que colocasse o governo em cheque². Foi feita uma ocupação do Instituto Lula, no entendimento que ele é uma referência política neste governo e foi na gestão dele que o assentamento foi criado. No dia 23 de janeiro foi ocupado esse instituto, ficando acampadas por um dia no local.

Tal ocupação ganhou repercussão nacional e chamou a atenção para o que poderia acontecer com o assentamento. Tudo indicava que outra tragédia igual ao do Pinheirinho voltasse a acontecer. A polícia do Estado de São Paulo é truculenta em relação às lutas sociais.

As famílias desocupam o INCRA e o Instituto Lula e após retornarem a suas casas recebem a notícia de que a liminar concedida a favor da usina foi cancelada e não haveria despejo. Acabando com a agonia que duravam seis meses.

² Expressão usada no xadrez, quando o oponente ataca a principal peça tendo oportunidade de acabar a partida.

2. Comunicação de massa: uma esfera de poder

Neste capítulo, vamos trabalhar um pouco sobre a imprensa brasileira, tendo o olhar para a *Folha de São Paulo*, que é o principal referencial empírico da pesquisa. Alguns questionamentos servem como ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa: por exemplo, existe alguma tomada de posição por parte da *Folha de São Paulo* nas notícias que veicula sobre a luta do Assentamento Milton Santos? Um dos princípios do jornalismo é baseado na neutralidade e na imparcialidade dos textos noticiosos. Com efeito, é possível identificar esses elementos na produção das notícias envolvendo a luta dos militantes daquele assentamento no referido jornal?

Parto do pressuposto de que os meios de comunicação de massa estão a serviço do Estado, que, por sua vez, é gestor do capital. O jornal *Folha de São Paulo* se enquadra nessa análise de mantenedora do Estado?

É importante entender que o sistema capitalista necessita manter um controle na sociedade. As ideias, os sonhos e os objetivos de vida passam a ser vistos como mercadoria, objetos a serem consumidos por todos, exercendo, assim, uma hegemonia na sociedade.

É necessário manter um consenso com ideias e valores preestabelecidos. Os valores familiares são reforçados pelos meios de comunicação, os quais, por sua vez, funcionam como instrumentos de disputa da consciência humana, alienando e reforçando valores da sociedade burguesa.

Existe uma forma hegemônica que a burguesia exerce sobre a classe trabalhadora. A Hegemonia, entendida como uma maneira de coerção através da força ou do convencimento pelas ideias, é “formada não apenas pela capacidade de coerção e pressão das classes dominantes, como também pela capacidade de conseguir o consentimento e a aceitação das classes populares” (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Hegemonia. Política. Comunicação e Cultura, 2009 (mimeo) – sem página)

A comunicação de massas é um braço importante para exercer uma hegemonia, estando a serviço do capital. Este último usa o Estado como principal mecanismo de execução de seus objetivos. Porém, o Estado precisa para manter tudo sobre seu controle. A pergunta mais óbvia é como isso acontece? Uma das maneiras é a repressão, usando a polícia ou o aparelho de segurança do país, para convencer através da força.

Outra tática – menos repressiva do ponto de vista físico –, são os meios de comunicação de massa que disputam o inconsciente humano.

Para evitar qualquer tipo de mal entendido, os que compõem o que chamamos de meios de comunicação de massa, também estão em disputa, e tem posições divergentes. Mas o que é consenso entre eles é a necessidade de manter a classe explorada, alienada, evitando qualquer tipo de questionamentos, que possa terminar em um acirramento da luta de classes.

Explicado algumas questões, voltemos. A *Folha* diz exercer um “jornalismo crítico, apartidário e pluralista” (Novo manual da redação, 1992, pág. 13). Será que ela age de forma contrária à comunicação de massa, tendo um posicionamento crítico sobre a sociedade?

Cabe à comunicação de massa manter as ideias, as relações da sociedade e os valores da classe dominante criando fatos e ideias que se tornam realidade. É muito comum, em conversas entre amigos, um dizer ao outro algo relacionado ao que leu nos jornais e nas revistas ou viu na televisão como se isso fosse verdade absoluta.

Meio de comunicação de massa é entendido como toda a produção de conteúdos dos diversos tipos, que chegam a diferentes pessoas, espalhados pelo mundo. Dentro desse conjunto de empresas, podemos entender os veículos de comunicação (jornais, revistas, sites de notícias, televisão), indústria cinematográfica, editoras de livro, indústria musical, etc. “Pensamos num conjunto de instituições e produtos que são comumente agrupados sob a etiqueta [comunicação de massa]” (THOMPSON, 1998, pág. 30).

Nota-se a importância da comunicação quando a informação é um instrumento de poder. Ter um veículo de comunicação é estratégico em qualquer modelo de sociedade, podendo ela servir como uma ferramenta de diálogo ou de manipulação da realidade. “A informação em qualquer nível da sociedade é sinônimo de poder. O controle da informação leva o controle da sociedade” (MARCONDES, 1986, pág. 100).

O poder é entendido como a “capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências” (THOMPSON, 1998, pág. 21). O poder divide-se em algumas esferas. O econômico, o político, o coercitivo e o simbólico. O primeiro compõe o que Marx

chama de estrutura da sociedade capitalista ou a relação de materiais produtivos; e o restante compõe a superestrutura e, esta, está a serviço da primeira.

Para entender melhor o funcionamento dos meios de comunicação de massa é necessário compreender o poder simbólico. Ele “nasce na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas” (THOMPSON, 1998, pág. 24).

A comunicação vai funcionar como uma máquina mantedora do Estado, difundindo suas ideias e ações. Já o Estado está a serviço do capital, gerindo os interesses da burguesia. “O sistema de comunicação tornar-se-ia não só um instrumento político valioso, mas também um fator de progresso, de prosperidade nos planos econômico e social” (CALDAS, 1987, pág. 52).

Na sociedade, a comunicação funciona com uma ferramenta política de diálogo. No período da Revolução Bolchevique, na Rússia, 1917, por exemplo, a comunicação era uma forma de dialogar com os trabalhadores, tendo “a imprensa escrita, inicialmente, e depois o rádio, (...) papel fundamental na consolidação do comunismo na União Soviética” (CALDAS, 1987, pág. 53).

Diferentemente da Revolução Soviética, quando a comunicação é para dialogar com os interesses dos trabalhadores, informando sobre medidas políticas tomadas que necessitavam de uma discussão geral, no modo de produção da sociedade capitalista, a comunicação cumpre o papel inverso, deformando as discussões essenciais e trazendo à sociedade temas irrelevantes.

Faço-me uma pergunta inquietante. Seria possível, em uma sociedade capitalista um veículo de comunicação de massa, sendo o primeiro com maior média de circulação, está a serviço dos trabalhadores? A resposta será mais bem trabalhada ao final do próximo capítulo.

Antes, porém, vejamos como se dá a emergência da notícia nos jornais, ao alcance dos leitores, especificamente a partir das mudanças estruturais na imprensa a partir do final do século XIX e em todo o decorrer do século XX.

A notícia surge a partir de um fato cotidiano, nunca sendo neutra ou refletindo a realidade, pelo contrário, “a notícia, como produto final, é o resultado de um pacto de

cumplicidade: o mercado se vê refletido por uma mídia que, por sua vez, dá visibilidade aos eventos que reforçam a estrutura de mercado”. (ARBEX, 2005, pág. 91).

Arbex relata a relação de poder da imprensa. “(...) tem o poder de interferir nos acontecimentos. O noticiário diário adquiriu o estatuto de uma peça de relações de cada veículo da mídia com o sistema político, financeiro e econômico do país ou região em que ele se encontra”. (ARBEX, 2005, pág. 98).

2.1 Imprensa brasileira e a *Folha de São Paulo*

Para ficar mais clara a importância da comunicação em geral, no Brasil, e em particular o quanto é importante a atividade jornalística, é necessário referenciarmos um contexto empresarial de comunicação. Em primeiro lugar, quem detém os meios de comunicação no País? Como se consolidam alguns desses grupos?

Atualmente, seis grupos detêm o monopólio da comunicação no Brasil, formando um conglomerado do qual fazem parte empresas próprias, de propriedade familiar e empresas afiliadas, principalmente na área da televisão, todas subordinadas a regras de quem manda: as Organizações Globo, controladas pela família do jornalista e empresário (falecido) Roberto Marinho; o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), da família do empresário Sílvio Abravanel, mais conhecido pelo nome de Silvio Santos; o Grupo Bandeirantes de Televisão, que é de propriedade da família João Saad, hoje comandada pelo filho Johnny Saad; a Editora Abril, da família de Roberto Civita; o Grupo O Estado, da família Júlio de Mesquita; e por último – que nos interessa nesta pesquisa de forma mais particular – o Grupo Folha, propriedade da família de Octávio Frias de Oliveira (falecido), hoje tendo à frente Octávio Frias Filho.

Já se apresenta uma questão fundamental, que reflete um problema crônico nesse fato: os veículos de comunicação brasileiros, na maioria, estão nas mãos de poucas pessoas, mais parecendo um latifúndio da comunicação. Daí a questão: notícia produzida por esses meios citados acima está sujeita às posições ideológicas dos proprietários, segundo seus objetivos e interesses?

Seria muito interessante fazer uma análise minuciosa sobre esse oligopólio da comunicação, porém, não é o objetivo deste trabalho. Optamos por estudar a *Folha de São Paulo*, que também compõe esse latifúndio da comunicação, sendo nos anos 2000 o

jornal de maior abrangência no País. Antes de dar um salto para o século XXI é necessário conhecer melhor o jornal a que nos referimos.

2.2 Sob nova direção, hora de mudar o velho.

Em 1º de janeiro de 1960, após junção entre os jornais *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*, surge a *Folha de São Paulo*. Em 13 de agosto de 1962, Octavio Frias e Carlos Caldeira Filho compram os jornais e assumem a direção. Quando comprado pelos Frias e Caldeira, o jornal se encontrava com problemas administrativos e crises nas relações de trabalho, o que pode ser caracterizado pela greve de 1961. Necessitava, então, de uma nova organização. Segundo Mota & Capelato, o jornal passou por três momentos importantes de mudança nessa nova fase administrativa.

Essas mudanças realizadas durante as décadas de 1960 até final dos anos 1980 vão nos ajudar a entender quem é o jornal e como ele vai se posicionar mediante alguns acontecimentos. As alterações feitas pela nova direção definem posturas de abordagem prática do fazer jornalismo.

Entre os anos de 1962 e 1967, foi um período de reorganização financeiro-administrativa e tecnológica. O jornal, na administração anterior (Nabantino Ramos) gerava prejuízos. Após essa nova gestão, o jornal passa a dar lucros aos novos proprietários. Se, por um lado, a matéria-prima custa mais caro, por outro, os anúncios e o preço do jornal também aumentam. A empresa adquiriu frota própria, fez também investimentos em máquinas para impressão e dobragem. A *Folha de São Paulo* adotou como lema “o progresso, a revitalização e a modernização”.

A forma de produzir notícias também muda. A imparcialidade passa a ser marcante nesse novo momento, tendo o jornal uma postura de ouvir e publicar as opiniões envolvidas, buscando uma neutralidade.

Esses elementos são vistos na prática jornalística, ou seja, no momento em que o profissional está em campo, na busca da informação. Não é possível obter uma neutralidade ou ainda uma imparcialidade. O mundo, que é cheio de contradições, elementos históricos, diferenças de classes e está sempre em movimento, sofrendo cotidianamente mudanças que interferem diretamente ou indiretamente no fazer jornalismo.

A *Folha de São Paulo* se autointitula, referindo-se como jornaleiro e não jornalístico. O jornal começa a preocupar-se como uma empresa e como tal necessita dar lucros. Essa postura da *Folha* nos deixa a entender que a notícia passa ser visto como mercadoria. O compromisso em informar, mostrando posições divergentes fica em segundo plano?

O problema financeiro parece estar resolvido. O jornal dá indícios de mudanças na sua forma de abordar os fatos. Os próximos anos são importantes tanto do ponto de vista tecnológico quanto de uma definição política.

O período entre 1968 e 1974 é marcado por uma revolução tecnológica, com a aquisição do novo sistema offset de impressão. Essa nova tecnologia adquirida pelo grupo *Folha* torna a impressão do jornal mais rápida e dando mais dinamicidade para as entregas nas bancas. Além disso, o grupo soma ao seu patrimônio uma frota de carros, tornando as entregas do jornal mais rápidas, em lugares mais distantes.

Entre os anos de 1974 a 1981, houve a definição de um projeto político-cultural. Nessa nova gestão (Frias e Caldeiras) são observadas várias mudanças do ponto de vistas financeiro e político, já mencionadas. Faltou mencionar a postura que a *Folha* teve em relação aos funcionários.

Entre os maiores jornalistas do País e analítico da imprensa, Perseu Abramo teve a oportunidade de trabalhar como editor na *Folha*. Ele, junto com outros jornalistas, participa da greve geral da categoria, em 1979. “Foi demitido pelo jornal juntamente com centenas de profissionais castigados pelo patronato” (ABRAMO, 2009, pág. 17).

Esse fato citado acima deixa claro o posicionamento do jornal em relação aos próprios jornalistas, que representam um setor da classe trabalhadora. Por mais que tenha sido um jornal de importância nas *Diretas Já*, não significa dizer que toma outra postura em relação aos trabalhadores. Isso já nos dá indícios como é feita pelo jornal a abordagem em relação à luta das famílias do Assentamento Milton Santos.

A *Folha* criou, em 1984, o Manual de Redação, que se tornaria referência para o dia a dia jornalístico da empresa, contendo as “normas e recomendações básicas que orientam o trabalho jornalístico na Folha”. (Novo manual da redação, 1992, pág. 7).

Abramo acompanhou o surgimento do Manual da Folha, ao qual o próprio jornal se refere como um manual de compromissos e concepção do jornal. Ele via esse pioneirismo de forma crítica, referindo-se a esse projeto como uma “seita dirigida por manuais e [decretos] de revelação dogmática” (ABRAMO, 2009, pág. 17).

Na apuração dos fatos e na produção da notícia, o Manual da Folha diz claramente publicar conteúdos, mesmo que contrários às opiniões da própria empresa jornalística, não tendo tendências ideológicas, dando ao leitor as várias posições diferentes.

Audaciosa a ideia inovadora do jornal sendo o primeiro no Brasil a fazer tal material interno. A *Folha* apresenta ao seu funcionário, um documento que vai servir como norte para o trabalho jornalístico, padronizando a maneira de produzir a notícia.

O jornal *Folha de São Paulo* também criou o cargo de ombudsman na redação. Mas o que realmente é isso? É um jornalista que atende às reclamações e às sugestões dos leitores, produzindo textos críticos internos, que circulam entre os funcionários da empresa, além de fazer a leitura crítica de cada edição diária do periódico. Na prática, esse cargo é para passar ao leitor a ideia de credibilidade e autocrítica ao veículo de comunicação.

Uma das posturas dessa nova direção, desde o ano de 1962 e também no ano de 1984, é pautada pelo fato de que o jornal assume o compromisso de estar a “serviço do Brasil” e de que no “futuro confiava firmemente”, pretendendo realizar um jornalismo diferenciado sendo crítico. Na verdade, qual é o Brasil ao qual esse manual se refere? O País é muito grande, tendo diversas posições políticas que estão em confronto pelo poder.

Em 1995, a *Folha* criou a primeira página dela na internet – a *Folha On*. Um ano depois, esse site virou o portal Universo Online³. Entre os anos 2000 e 2011, o jornal impresso esteve sempre revezando entre as duas primeiras posições no *ranking* de circulação e tiragem do Instituto Verificador de Circulação (IVC), e no ano de 2012⁴ foi o jornal com maior média de circulação entre os jornais pagos.

³Informação retiradas do site: <http://sobreuol.noticias.uol.com.br/historia/homepages/>. Visualizado em 26/09/2012.

⁴ Informação tirando do site: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Visualizado em 25/09/2012.

2.3 *Folha* e o governo militar

No cenário político nacional, a *Folha de São Paulo* era anti-Jango e, claro, as propostas progressistas do ex-presidente, chegando a dar apoio ao golpe de 1964, em editorial, sugerindo “ao presidente Humberto Castello Branco medidas para a regeneração nacional” (MOTA & CAPELO, 1981, pág. 189).

O jornal apoiou concursos que premiaria o “operário-modelo” das indústrias paulistas. Apoiar iniciativas como essa é defender os interesses capitalistas, reforçando a exploração do trabalho através da extração da mais-valia dos trabalhadores.

Tarde de mais para fazer propostas ao Congresso. Os militares lançam o primeiro Ato Institucional, onde fica claro que essa nova forma de governar o Estado não precisa de legitimação através do Congresso, cabendo a essa instância cumprir as determinações do regime militar (MOTA & CAPELATO).

A *Folha de São Paulo* se declarava liberal, postura essa tomada para agradar à classe média, e de fato funciona, tendo uma classe média como leitora dos periódicos da empresa.

Essa postura liberal, propondo-se como jornal, em “ir além do mero relato dos fatos”, incomodava o governo militar. No AI-2 a liberdade de expressão passa a ser visto como um problema para esse novo governo. Os militares mudam o artigo da Constituição de 1946, o qual se referia à liberdade de expressão e do pensamento, e tudo poderia a ser considerado como “propaganda de subversão” Por esse motivo, é comum na redação dos jornais da época ter censores do governo (MOTA & CAPELATO).

Esse período também é marcado pela forte censura. Era comum, o jornal ter de dar explicações à polícia sobre determinadas notícias que não agradavam à política dos militares.

A partir dos anos de 1974, o jornal define sua posição política. A *Folha de São Paulo* teve nesse momento uma postura de apoiar o Presidente Geisel, afirmando enfaticamente, em editoriais, que seria uma nova era de governo, apostando em uma liberdade de imprensa e em uma nova abertura política.

Por outro lado, a repressão ainda era muito forte; afinal, foi nesse governo que houve o assassinato do jornalista da TV Cultura de São Paulo, Vladimir Herzog. Isso

levou o jornal a tomar algumas posições. A *Folha* passa, a partir desse fato, a pressionar, através de editoriais e notícias, o governo para uma abertura política.

O jornal se propunha a “ir além do mero relato dos fatos” (Mota & Capelato, 1981). O jornal foi importante na *Campanha das Diretas Já*, tendo uma postura liberal-democrática, colocando a liberdade à frente da democracia, tensionando os militares para uma abertura política. Claro que é um momento de muita pressão popular, de organizações saindo às ruas para exigir a abertura política e eleições diretas para presidente. Nesse instante de pressões políticas, não seria estratégico para o jornal manter uma posição a favor da ditadura, uma vez que o objetivo da *Folha* era ter a classe média como leitora que nesse momento também está nas ruas.

Depois de 20 anos de ditadura, surge uma nova era na política brasileira. Agora é a democracia que prevalece. Nesses anos de chumbo, a *Folha* oscilou em alguns momentos a apoiar o governo e em outros a fazer oposição. Nos últimos anos da ditadura optou em fazer oposição ao governo, defendendo e sendo uma ferramenta política importante nas *Campanhas das Diretas Já*.

2.4 A imprensa e sua forma de noticiar

A atividade jornalística não é apenas um propagador de informações e noticiador de acontecimento corriqueiros do dia a dia, muito mais do que isso, é uma atividade de cunho político, onde estão em jogo interesses de classe. Portanto, a imprensa pode ser entendida como um instrumento político-ideológico de propagação de ideias e interesses dos mais variados possíveis. (ABRAMO, 2009).

Segundo essa concepção, o jornal *Folha de São Paulo* tem uma posição política. Isso fica evidente quando se posiciona criticamente em relação à ditadura militar.

Nosso principal questionamento neste trabalho monográfico é de tentar entender como se dá a relação da imprensa com lutas sociais. No caso específico a luta das famílias do assentamento Milton Santos que terminou com a ocupação do INCRA e Instituto Lula. Nesse caso, existem questões políticas no meio deste jogo. Tais ocupações também representam um questionamento ao projeto político vigente. Como já observamos o papel da imprensa, também entendemos que a *FSP* tomou alguma posição política. Resta saber a favor de quem.

Se os veículos de comunicação estão sujeitos à política patronal, ou seja, à linha editorial dos proprietários o jornalista, nada tem a fazer, a não ser cumprir com as determinações impostas pelas empresas.

Como se dá a relação entre empresa, jornalista e a produção da notícia? A notícia e o compromisso com a verdade prevalecem sobre os interesses patronais e de mercado? A relação dos jornalistas com o patrão é de total subordinação? São questões ao meu entender que fazem parte do cotidiano profissional do repórter e merecem uma observação mais acurada.

No jornalismo está o poder. A mentira torna-se verdade, fatos são criados. No jornalismo tudo pode ser dito, mas apenas a imprensa tem o poder fictício de referendar aquilo que foi dito. Não existe nenhum controle sobre os meios de comunicação, portanto o que for falado pode ser entendido como verdade absoluta. Berger relata bem esse ato de poder.

A luta que é travada no interior do Campo do Jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público. Este poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não. É esta a luta que os jornalistas travam no interior do Campo do Jornalismo em suas concretas e históricas relações de trabalho. (BERGER, 1996)

Na luta das famílias do Assentamento Milton Santos pela permanência na área, onde há sete anos estão assentadas, o campo jornalístico teve um papel de atuação. Os assentados precisavam mostrar para o Estado que a luta era justa e por isso precisavam que a Presidenta Dilma Rousseff assinasse o decreto de desapropriação por interesse social, naquele momento era a única medida que salvaria as famílias do despejo.

De início, quando as famílias souberam pela primeira vez que poderiam ser despejadas houve uma necessidade de divulgar a situação, informando à sociedade o que poderia vir a acontecer. Nesse momento, houve um bloqueio por parte da grande imprensa brasileira, poucos meios de comunicação divulgaram a situação e os que ainda noticiaram têm pouca circulação nacional. Esse tipo de bloqueio seria estratégico ou involuntário?

A homologia entre o Campo Político e o Campo do Jornalismo se faz através da correspondência entre os acontecimentos produzidos por um subgrupo do Campo Político - os Movimentos Sociais, por exemplo - para, pela “espetacularização”, constarem da pauta do jornal e, assim, dialogar com os

agentes do seu próprio campo, no caso o subgrupo Governo. O poder simbólico dos políticos é fazer crer, pois o seu capital é também a credibilidade. Mas esta credibilidade necessita do aval da imprensa, pois, informando, ela está reconhecendo uns em detrimento de outros e, assim, consagrando-os. (BERGER, 1996).

Já sabemos que os meios de comunicação em geral e em especial os brasileiros estão a serviço do Estado, o qual tem a função de administrar os negócios da burguesia. A imprensa nesse caso cumpre a função de defender o Estado.

Se a família Frias quer aumentar seu capital financeiro, ela não necessita obter uma empresa de comunicação, ou fazer jornalismo. “O campo econômico, a busca pelo lucro, num segundo plano, já que esse pode ser obtido com melhores resultados em outras atividades empresariais” (ABRAMO, 2009, pág.17).

Esse pensamento reforça que os meios de comunicação, em geral, são defensores de um projeto político burguês, executado pelo Estado. Logo, entendo que se a imprensa toma posição, em favor do Estado, ela está defendendo seu próprio interesse burguês.

Aqueles que acham que a imprensa é o quarto poder estão equivocados. O objetivo da imprensa é fazer a defesa do Estado, nisso algumas estratégias são usadas para essa proteção. Existe o que o Abramo chama de “manipulação na grande imprensa”. São regras de abordagem e construção da notícia, realizadas pelos veículos de comunicação para distorcer a realidade, dando outro sentido a elas. “A maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com realidade. Mas essa relação é indireta” (ABRAMO, 2009, pág. 23).

Como exemplo disso temos:

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, a imprensa e os meios de comunicação praticamente substituíram a representação parlamentar, as organizações sociais e as entidades de classe nas intermediações com a sociedade. Os veículos foram transformados em reprodutores e retransmissores do discurso oficial e, até mesmo, das manipulações forjadas nos palácios de Brasília. (ABRAMO, 2003).

2.4.1 Forma e o conteúdo: os padrões de manipulação.

Tratemos aqui os *Padrões de manipulação na grande imprensa* como hipóteses para o nosso trabalho. Esses erros e equívocos propositais, ideologicamente e estrategicamente pensados com objetivos claros. Distorcer a realidade, passado ao telespectador uma visão que vai se tornar senso comum.

Perseu Abramo trabalha com algumas manipulações nos vários momentos da produção da notícia feitas pela imprensa, na pré-produção – momento de checagem da informação –, na angulação que será feita e na abordagem dos fatos através de entrevista e fotos. São várias as práticas de manipulação. Aqui vamos relatar algumas que nos interessam. Antes propriamente de falar sobre esses padrões de manipulação, é importante dizer que nem todas as matérias são manipuladas por toda a imprensa.

“Se fosse assim – se pudesse ser assim – o fenômeno seria autodesmistificador e autodestruidor por si só, e sua importância seria extremamente reduzida ou quase insignificante. Também não é que o fenômeno ocorra uma vez ou outra, numa ou noutra matéria de um ou outro jornal; se fosse esse o caso, os efeitos seriam igualmente nulos ou insignificantes.” (ABRAMO, pág. 25).

Voltemos aqui para os padrões identificados por Abramo.

Oficialismo. Nos bancos da universidade, somos ensinados a checar sempre à fonte oficial – seja a polícia, seja o próprio Estado. É uma prática descrita por Abramo, desde 1994, mas já é usada há muito tempo, onde a investigação dos fatos se restringe a conversas com fontes oficiais. Essa forma de fazer jornalismo não permite questionar as fontes oficiais, não levando em consideração possíveis erros por parte dessas fontes.

Ocultação. Este padrão de manipulação é entendido pela ausência ou pela presença de informação na matéria. Esse ato de manipulação ocorre no momento que antecede a apuração da notícia. Esse padrão é encontrado no momento em que o jornal define se o fato se enquadra nos critérios de noticiabilidade, sendo o fato jornalístico ou não jornalístico. Abramo se refere a essa manipulação como uma ação militante. Os acontecimentos são identificados como tais, pelo olhar do pesquisador – nesse caso, o jornalista –, e não pelo entendimento que a empresa tem de fatos jornalísticos. Nesse caso, o militante é a empresa e o entendimento dela do que são acontecimentos jornalísticos. Acontecido esse padrão de manipulação o real deixa de existir, pelo menos sobre a ótica da imprensa.

Fragmentação. O próprio nome já diz: fragmentar a notícia. Ocorre no momento da apuração da pauta, onde o jornal opta em abordar parte da notícia, também conhecido como gancho ou angulação. Segundo Abramo, os fatos também são descontextualizados, sem as ligações com outros acontecimentos antecedentes a ele, podendo ainda ser relacionados com fatos que não têm a mesma ligação, ou ficcionais ou “artificialmente inventados”.

Descontextualização. Usando um termo jornalístico, esse padrão de manipulação se dá pela angulação, ou melhor, isso ocorre pela opção em selecionar um aspecto do fato descontextualizando o fato como um todo. Tudo o que é colhido no momento das entrevistas perde o sentido, fica isolado, as falas, as informações complementares, os dados perdem seu sentido original, ficando no vazio.

Padrão de inversão. Esse é o que mais me chama a atenção. Como se já não bastasse a prática dos padrões de manipulação já citados, surge um novo e impressionante. Nessa forma de manipulação o fato principal se torna secundário, há uma troca de lugares, da importância, recolocado, reorganizado o fato. A realidade original deixa de existir, agora o que existe é uma nova realidade artificial. Esse padrão está em todo o processo da produção, apuração e finalização da notícia.

Como se não bastasse, ainda nesse padrão de manipulação há outras formas de inversão que Abramo aponta. Inversão da relevância do aspecto: “O secundário é apresentado como o principal e vice-versa; o particular pelo geral e vice-versa; o acessório e supérfluo no lugar do importante e decisivo; o caráter adjetivo pelo substantivo; o pitoresco, o esdrúxulo, o detalhe, enfim, pelo essencial” (ABRAMO, 2009, pág. 23).

Inversão da forma pelo conteúdo. As palavras escritas passam a ter mais importância do que o próprio fato. A veracidade, a realidade, deixa de ter espaço e dá seu lugar ao espetáculo; o visual ganha mais atração. (Abramo).

Inversão da versão pelo fato. Quem determina o que será publicado é a empresa, e o fato passa a ser determinado pelo posicionamento dela. Essa versão pode ser determinada pela própria imprensa ou pelas fontes através de declaração ou opinião. O que resume a forma desse padrão é: “Se o fato não corresponde à minha versão, deve haver algo errado com o fato.” (Abramo, 2003, pág. 29). Nesse padrão de manipulação são encontrados o *frasismo* e o *oficialismo*. O primeiro refere-se à quantidade de frases

parafraseadas levando isso à substituição da realidade original. O segundo refere-se às versões oficiais que tornam-se a verdade absoluta dos fatos e a imprensa reproduz isso como a mais pura realidade.

A inversão da opinião pela informação. O nome já diz tudo, a informação deixa de existir e em seu lugar aparece a opinião. É importante deixar claro que não é questionar a opinião nos jornais e, sim, quando a informação deixa de existir. A estratégia é manter a sociedade alienada, reforçando valores sociais burgueses. A tática a ser usada é distorcer a realidade, nesse processo de distorção os padrões de manipulação da imprensa se encaixam perfeitamente.

Padrão de indução. O leitor, o telespectador e ainda o ouvinte são levados a acreditar em outra realidade. O receptor dessa informação “é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o seja”. (ABRAMO, 2009, pág. 33).

Essas são algumas das formas de manipular que os veículos de comunicação exercem diariamente. Por trás disso estão alguns interesses, não financeiros, até porque outros ramos econômicos seriam mais lucrativos, não é meramente com o compromisso de informar, se fosse assim, no Brasil não teria um oligopólio da comunicação e todos sem exceção alguma exerceriam essa tarefa. O real objetivo é de informar a partir de apenas um ponto de vista e uma visão de mundo, com o intuito de manter e ter poder.

2.5 Luta do Assentamento Milton Santos e a imprensa

Em junho de 2012, as famílias souberam que poderiam ser despejadas. Logo a ação é de reverter a situação seja por meio de lutas, negociações, seja por meio da denúncia através da imprensa. Um acontecimento era inevitável de ser lembrado. O despejo das famílias do Pinheirinho e a repercussão que ganhou tal fato. Na ocasião, a imprensa foi determinante para legitimar tal atrocidade, inclusive não noticiando as mortes que ocorreram por lá.

A imprensa de início mostrou pouco interesse pelo possível despejo das famílias do assentamento, fazendo uma espécie de bloqueio. Nesse momento já é possível identificar isso como uma manipulação, mas deixarei a análise para o próximo capítulo. O interessante é notar que a cada ação construída, para reverter a situação, a imprensa se posicionava noticiando ou criminalizando cada luta construída.

Esse bloqueio, por parte da imprensa, quebrou-se no momento em que as famílias ocuparam o INCRA e, em seguida, na ocupação do Instituto Lula. Essas ações até então impensáveis tornaram-se reais (refiro-me em específico à ocupação do Instituto do Lula). É difícil afirmar com grandes certezas, mas fazer tais ocupações obrigou a imprensa a noticiar esses acontecidos, dando o grau de importância simbólica que o ex-presidente Lula representa.

A *Folha de São Paulo* é, atualmente, um dos jornais mais lidos no Brasil, fato já referenciado nesta pesquisa. Através da internet, o portal da Folha pode ser acessado pelo mundo inteiro, além do jornal em versão impressa, que também é referência para a produção de conteúdos jornalísticos por parte das emissoras de rádio e televisão. Isso, por si só, já nos serve de elemento para pesquisar o jornal impresso. No caso de possíveis manipulações desse veículo de comunicação, outros órgãos de comunicação também podem ter manipulado a informação, de forma involuntária ou voluntariamente.

3. *Folha de São Paulo* e a luta do Assentamento Milton Santos

3.1 Análise de conteúdo

Neste terceiro e último capítulo, vamos analisar as matérias veiculadas pelo jornal *Folha de São Paulo*. Levaremos em consideração, tudo aquilo já mencionado nos capítulos anteriores, sobre a leitura que partilhamos da imprensa, sua postura em relação ao Estado e na forma de sociedade capitalista.

Para análise do material do nosso objeto de pesquisa, usaremos como metodologia o estudo de caso, a partir de referenciais de análise de conteúdo e de caráter ideológico para entender as formas de construção dos conteúdos noticiosos, seus contextos, suas ideologias por trás de cada signo. Queremos observar nas notícias analisadas quais as formas de produção desse conteúdo. E como isso se manifesta ideologicamente.

Essa metodologia de pesquisa leva em consideração os conteúdos publicados, interessando-se também por questões ideológicas e pelos referenciais bibliográficos que fundamentam a abordagem sobre a imprensa (tanto do ponto de vista histórico quanto do ponto de vista ideológico e cultural), além das questões relacionadas ao material empírico em particular.

Para isso, traçamos um breve histórico sobre a imprensa no Brasil, com ênfase em especial no jornal *Folha de São Paulo*. O objetivo é refletir sobre o papel e a importância da imprensa no contexto da contemporaneidade, mostrando aspectos políticos, econômicos, culturais e ideológicos que norteiam a atividade jornalística. São fundamentais para a realização da análise do material editorial noticioso do jornal *Folha de São Paulo* as reflexões de Thompson, Arbex, Abramo e outros pesquisadores, os quais analisam a imprensa sob a ótica ideológica, política, econômica e cultural, conforme está no capítulo anterior.

3.2 Contextualização

O Assentamento Milton Santos está há sete anos, localizado no município de Americana e Cosmópolis as famílias já acessaram os créditos, moram , produzem e tiram boa parte do sustento da agricultura. O que era consenso para todos naquele momento era o fato de eles viverem como assentados pelo INCRA e não mais em

condição de acampamento que poderiam ser despejados. Estavam errados e descobriram isso talvez da pior maneira possível. Com uma ameaça de despejo.

Tal situação exigia naquele momento (como diria na lei da física: toda a ação tem reação), que os assentados se mobilizassem para garantir que ninguém fosse despejado. Isso obrigou todos – até aqueles mais descrentes – a se mobilizar.

Várias foram as tentativas de resolução do problema ora por meio de negociação, ora por mobilizações, até o momento em que o problema não estava resolvido e a ameaça de despejo rondava o assentamento. As famílias tentam a penúltima cartada (a última seria resistir à polícia no assentamento) ocupando o INCRA e posteriormente o Instituto Lula.

3.3 Corpus

Neste trabalho, vamos analisar as notícias veiculadas pela *Folha de São Paulo*, na Jornada de Lutas do Assentamento Milton Santos. Porém, essa jornada durou mais de seis meses, saindo inúmeras matérias sobre o assunto. Optamos em analisar as matérias sobre as ocupações do INCRA e do Instituto Lula, entre o período de 15 de janeiro a 25 de janeiro de 2013. A ocupação do Instituto Lula durou dois dias e ocorreu nos dias 23 e 24 de janeiro.

Para facilitar a organização e a análise das matérias, vamos analisar as notícias que estarão numeradas. Todas as matérias selecionadas estão disponíveis nos anexos deste trabalho.

Matéria 1: Com medo de despejo, famílias invadem sede do Incra em SP

Esta é a primeira notícia sobre a ocupação do INCRA. Ela é assinada pela jornalista Marília Rocha. A notícia publicada no primeiro dia da ocupação do INCRA, 15 de janeiro, informa sobre a ocupação e o prazo de 15 dias para a saída da área do assentamento. A notícia também fala da exigência das famílias para que a Presidente Dilma Rousseff assine o decreto de desapropriação por interesse social.

Matéria 2: Moradores do Assentamento Milton Santos invadem Instituto Lula em SP

A notícia assinada pelo jornalista Paulo Gama, publicada no dia 23 de janeiro, informa ao leitor sobre a ocupação e a reivindicação das famílias, pedindo que o ex-

presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, venha interceder em favor das famílias. A notícia também menciona sobre o prazo de saída da área do assentamento, o qual estava por se encerrar.

Matéria 3: Lula muda agenda para evitar encontro com assentados

Essa notícia não é assinada por nenhum jornalista. A matéria destaca a alteração da agenda do Lula, que tinha como compromissos agendados no instituto que leva o nome dele. Segundo Paulo Okamoto – naquele momento presidente da instituição –, o ex-presidente da república mudou os compromissos para não ter de encontrar com as famílias que estavam ocupando o edifício. Além disso, falou da chateação do Lula em relação à invasão (termo usado por Okamoto).

Matéria 4: Lula ficou 'chateado' com invasão, diz presidente do instituto

Novamente nenhum jornalista assina a matéria. Essa notícia se refere ao fato de o ex-presidente Lula estar chateado, segundo o que foi dito pelo Okamoto, mas a luta das famílias teria todo o apoio do ex-presidente. Também menciona as reuniões entre os assentados e o presidente do instituto, durante todo o dia.

Matéria 5: Manifestantes decidem passar a noite no instituto Lula

Nessa notícia, que é assinada pelo jornalista Daniel Roncaglia, a informação é sobre a continuação da ocupação do Instituto Lula, informando que as famílias vão passar a noite no prédio. Além disso, a matéria fala sobre a nota do INCRA nacional pedindo que os trabalhadores desocupem o prédio para reunir com o superintendente nacional do órgão.

Matéria 6: Direção do MST nega participação na invasão do Instituto Lula

Nessa notícia, assinada pelo jornalista Daniel Roncaglia, o foco é a não participação dos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na ocupação do Instituto Lula. A matéria também fala quais lutas organizadas fazem parte da estratégia do movimento.

3.5 Análise das notícias

Para facilitar a análise e o entendimento do leitor, as palavras em negrito se referem a termos usados pelo jornal *Folha de São Paulo*, no corpo de cada notícia que nos interessa fazer a análise.

Na matéria 1, começando pelo título e ao longo do texto, o jornal usa o termo invadir e frases que dão sentido negativo à ação.

Com medo de despejo, famílias **invadem** sede do Incra em SP.

(...) cerca de 120 pessoas **invadiram** a sede do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em São Paulo nesta terça-feira (15) e **impediram a entrada de funcionários no local** durante todo o dia.

Nesse trecho em destaque, o termo invadir é usado duas vezes para se referir à luta das famílias. Nota-se que essa palavra dá a entender que a luta das famílias é um ato ilegal e criminoso fazendo associação ao crime.

O outro termo selecionado por nós se refere ao impedimento. Nessa frase, o leitor pode entender que as famílias que fazem a ação estão descumprindo a lei que garante o direito de ir e vir. Ou seja, a *Folha* acaba passando aos seus leitores que a ação das famílias é ilegal, fere a Constituição do País.

É possível identificar a aplicação de alguns padrões de manipulação. Apesar de ouvir um dos moradores do assentamento, a matéria não fala na totalidade sobre o contexto em que as famílias estão, nem ao menos todo o processo de negociação que houve até aquele momento, bem como que o problema vem se arrastando há meses. Também não faz alusão às lutas feitas para reverter à situação. Portanto, há evidências de *ocultação* de boa parte dos acontecimentos relacionados ao tema.

Também é identificável a *inversão da relevância dos aspectos*, onde, para o jornal, o mais importante nessa matéria é a “invasão” do INCRA. Mas na verdade é o fato de as famílias correrem o risco de ser despejadas do assentamento e a partir disso as mobilizações que precisavam travar para continuar na área.

Na segunda Matéria temos a notícia principal e a secundária. Ambas fazem o uso do termo “*invasão*” nos títulos.

Moradores do assentamento Milton Santos **invadem** o Instituto Lula em SP (primeiro título).

Invasão do Instituto Lula (segundo título).

No lead da primeira notícia temos novamente o uso da palavra “*invasão*”.

Cerca de cem pessoas ameaçadas de despejo do assentamento Milton Santos **invadiram** por volta das 6h30 desta quarta-feira (23) o Instituto Lula.

No terceiro parágrafo da segunda parte da matéria o jornal menciona haver polícia acompanhando o ato.

Duas **viaturas da polícia** estão paradas em frente à sede, mas não foi feita nenhuma ação.

Aqui o jornal menciona a existência da polícia no local. Se no título tem o uso da palavra *invasão* e depois ela faz menção à polícia, a matéria novamente quer tratar a luta dos trabalhadores como ação de bandidos.

Nessa matéria há uma contextualização do histórico da área, e ainda uma carta aberta das famílias sobre a situação em que se encontram os trabalhadores e quais os motivos que levaram à ocupação do Instituto Lula.

Na terceira notícia analisada, o jornal, através do título, fala sobre a mudança da agenda do Lula. No lead também é usado o termo *invasão*, mais uma vez tomando a ação de mobilização como ato criminal.

Nessa matéria observamos alguns padrões de manipulação. O jornal nesse caso opta apenas em falar sobre o Lula e a mudança da agenda do ex-presidente para não encontrar com as famílias.

Há uma *ocultação* evidente de informação. O jornal deixa de falar sobre a situação em que as famílias se encontram, sob a iminência de um possível despejo que pode acontecer caso o problema não seja resolvido. Também não aborda os motivos que levaram a essa ocupação, para falar sobre o ex-presidente Lula.

Claro que nesse caso os leitores não vão saber quais os reais motivos dessa ocupação. Quem está lendo a notícia acredita que é apenas uma questão com o ex-presidente, ou uma questão eleitoral.

A manipulação nessa matéria não para por aí, o jornal deixa de falar sobre o porquê está acontecendo essa ameaça de despejo, sua relação com problemas estruturais na sociedade e no descenso da reforma agrária, expressada nesse momento com um

possível despejo de um assentamento, já consolidado. Entendemos isso como *fragmentação* da informação, selecionando aspectos irrelevantes, sem seu contexto real.

Não podemos esquecer-nos do padrão de *inversão*. Nesse caso, falar do Lula tem mais importância do que o possível despejo das famílias. O uso de frases também legitima a aplicação desse padrão de manipulação. O jornal opta em ouvir o presidente do Instituto Lula, parafraseando trechos ditos pelo Paulo Okamoto. Nesse caso apresentado, o leitor é induzido a acreditar que essa é a verdade absoluta.

Nessa matéria o jornal não ouve nenhuma pessoa presente na mobilização. Apenas o representante da entidade tem voz ativa na notícia.

Na quarta notícia, o jornal através do título, diz que o Lula ficou chateado com a ocupação do instituto que leva o nome dele, Lula. Aqui também são identificados todos os padrões mencionados na análise da notícia anterior. *Ocultação* de informação de maior importância, *inversão* onde o fato com menor importância tem maior destaque do que qualquer outra coisa que seja dito.

É notada também a *Descontextualização* dos fatos acontecidos, *inversão da opinião pela informação*, aqui com auxílio do *frasismo*. O jornal opta em apenas emitir a opinião de uma pessoa, no caso do Paulo Okamoto. O efeito dessa manipulação é uma emissão de juízo de valor sobre o fato acontecido. Temos uma frase que representa claramente esse ato manipulador.

“Ele disse que ficou chateado porque o pessoal **invadiu**. Ele teve que mudar a sua agenda, mas faz parte. Eles têm a solidariedade do presidente Lula para resolver o problema do assentamento, o que eu **não posso concordar é com os métodos que eles estão usando. Eu acho a invasão inadequada**” (entrevista do Paulo Okamoto publicado na *Folha de São Paulo*).

A palavra *invasão* mais uma vez é utilizada nessa frase do texto. O sentido é apresentado tornando a ação das famílias como caso de polícia e de quem está cometendo um crime.

Na quinta matéria analisada o jornal opta em falar que as famílias vão passar a noite no instituto.

Parte do grupo de manifestantes que **invadiu** o Instituto Lula, na zona sul de São Paulo, nesta quarta-feira, pretende passar a noite na sede da entidade.

Novamente a palavra *invadir* é utilizado no corpo do texto a referir se as famílias que estão ocupadas no local.

Na sexta matéria analisada o título da notícia faz referência sobre a não participação do MST na mobilização.

Nesse caso temos a *fragmentação* dos fatos. A *Folha de São Paulo* opta em não fazer qualquer tipo de menção à luta do assentamento e seus desdobramentos, o jornal faz a opção em fazer uma *seleção de aspectos*, diminuindo a questão central e de maior importância.

Identificamos também a *inversão da relevância dos aspectos*. A notícia principal apresenta no lead o fato de o MST não está com militantes na ocupação. Mais uma vez a luta das famílias é esquecida, deixada para traz, no seu lugar são apresentadas outras histórias, de pouco interesse ou sem grandes ligações diretas com o fato.

O termo *invasão* outra vez aparece na matéria.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) negou que seus militantes façam parte da **invasão** do Instituto Lula, que ocorreu na manhã desta quarta-feira (23).

Em todas as matérias da *Folha* analisadas neste trabalho observamos que há uma manipulação deliberada da informação. Os objetivos me parecem claros, quais sejam, deslegitimar a luta do assentamento, muitas vezes criando opiniões e repassando ao leitor como se fosse verdade absoluta.

Palavras como *invasão* estão presentes em todas as notícias, deslegitimando as ações das famílias. O uso dessa palavra também cria uma noção de estar cometendo um crime, algo ilegal.

Além disso, há a construção de frases que dão um sentido negativo à luta das famílias, criando uma relação com infratores da ordem, antidemocráticos, baderneiros, vagabundos, perturbadores que apenas querem fazer destruição e atrapalhar a vida alheia.

Conclusão

O objetivo deste trabalho de monografia era de fazer uma análise da imprensa, especificamente o jornal *Folha de São Paulo*, sobre a luta do Assentamento Milton Santos. No caso, o interesse maior recaiu sobre a ocupação por parte do MST do INCRA e do Instituto Lula. Analisando diferenças de abordagem, tentamos traçar elementos ideológicos nas notícias.

Neste trabalho foi possível observar que em boa parte das notícias houve algum tipo de manipulação, descrito anteriormente. Além disso, o jornal constrói um discurso ideológico sobre as lutas sociais, tentando tornar as lutas sociais como um ato criminal, fazendo associações com baderneiros, bandidos. Portanto, o jornal não só manipula a informação como também cria no imaginário um estereótipo dos trabalhadores que estão dispostos à luta pelos seus direitos.

Tenho também a considerar que não foi nem será a primeira nem a última manipulação do jornal, em relação a qualquer acontecimento relacionado às lutas por direito à terra, à moradia, a melhores condições de vida, a melhores salários, etc.

Esse posicionamento que o jornal toma não é fruto da ingenuidade do jornalista, ou puro desconhecimento da temática, é uma postura política de defesa de interesses de uma minoria, que detém boa parte da riqueza.

Acredito também que não é apenas esse jornal que tem esse posicionamento, se fosse assim, talvez fosse mais fácil de resolver. Porém essa postura representa um conglomerado de comunicação que detém boa parte da comunicação de massa no Brasil e infelizmente não existe nenhum tipo de controle sobre eles, na verdade é esse pequeno grupo que quer controlar o restante da sociedade.

Vejo a necessidade de uma mudança na comunicação brasileira. É um processo longo, talvez doloroso, o qual, porém, merece a atenção de todos que se dedicam a essa temática

Bibliografia

ABRAMO, Perseu, *Padrões de manipulação da grande imprensa*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de, *Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária?*. Recife, editora Guararapes, 1981

ARBEX Junior, José, *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*, São Paulo, Casa Amarela, 2005.

AZAMBUJA, Elizete Beatriz. *Resenha: Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Revista Virtual de Letras, São Luiz do Monte Belo, v.1, n.1. pág. 200 – 204.

BERGER, Christa, *"Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais." As relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora (1996)*.

CALDAS, Waldenyr, *O que todo cidadão precisa saber sobre cultura de massa e a política da comunicação*, São Paulo, Global, 1986.

CAPELATO, Maria Helena & MOTA, Calor Guilherme. *Historia da Folha de S. Paulo (1921-1981)*, São Paulo, Impres, 1981

MARCONDES, Ciro Filho, *Quem Manipula Quem? Poder e massas a indústria da cultura e da comunicação no Brasil*, editora Vozes, 1986.

MELLO, Maria Góes de, *O Discurso que Vale. A cobertura hegemônica do jornal O Globo sobre as ações do MST na Companhia Vale*, Brasília, UniCEUB, 2009 (monografia).

MOTA, Carlos Guilherme, *História da Folha de São Paulo: 1921-1981/ Carlos Guilherme Mota, Maria Helena Capelato*. São Paulo, Impres, 1981.

NOVO MANUAL DE REDAÇÃO. São Paulo, Folha de São Paulo, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli. "Análise de discurso: princípios e procedimentos". Campinas, SP: Pontes, 1999.

SILVA, Luciana Henrique da, *Práticas organizativas do MST e relações de poder em acampamento/assentamentos do Estado de São Paulo*. São Carlos, UFSCAR, 2009 (tese de doutorado)

THOMPSON, John B, *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*; tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Anexos

Matéria 1: Com medo de despejo, famílias invadem sede do Incra em SP (15/01/2013)

Marília Rocha

De Campinas

Ameaçadas de despejo de um assentamento regularizado há sete anos, cerca de 120 pessoas invadiram a sede do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em São Paulo nesta terça-feira (15) e impediram a entrada de funcionários no local durante todo o dia.

Pela manhã, representantes do assentamento Milton Santos, entre Americana e Cosmópolis (interior de SP), foram notificados por um oficial de Justiça da ordem de despejo que, a partir do recebimento, dá prazo de 15 dias para saída das famílias. O Incra também já foi notificado sobre a medida.

Os integrantes do assentamento e também apoiadores do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) chegaram ao prédio do Incra durante a madrugada. Exigem que a presidente Dilma Rousseff assine um decreto de desapropriação por interesse social, para encerrar disputas pela propriedade da área.

As famílias, que vivem e produzem no local há sete anos, estão determinadas a não deixar suas casas e temem que haja confronto com a polícia.

Invasão do Incra

"Sofremos essa ameaça há mais de seis meses, e o governo está ciente da situação há muito tempo, mas nada foi feito", disse o assentado Paulo Albuquerque. "Representantes do governo federal já se comprometeram a não despejar as famílias, entretanto a morosidade para se tomar uma atitude faz com que tenhamos que tomar alguma providência."

A área em que está instalado o assentamento era de propriedade do grupo Abdalla, mas na década de 70 foi tomada para o pagamento de dívidas com a União. O imóvel está

registrado em nome do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que, em 2005, cedeu a terra ao Incra para o assentamento.

Uma ação da Justiça reconheceu um excesso na cobrança da União sobre o grupo e determinou devolução de bens confiscados acima do devido. Em outra ação do Incra contra a Usina Ester, que ocupava a área antes das famílias do assentamento, a Justiça Federal entendeu que o imóvel foi readquirido pelo grupo Abdalla, o que gerou a determinação de retirada das famílias.

O Incra não se pronunciou sobre a invasão, nem comentou a possibilidade de desapropriação por interesse social. Em nota anterior, a assessoria disse que o órgão aguardava para os próximos dias uma decisão sobre outra ação do INSS que busca demonstrar que a área não está incluída na relação de imóveis que teriam de ter sido devolvidos ao grupo Abdalla.

O prefeito de Americana, Diego de Nadai (PSDB), visitou o assentamento Milton Santos na segunda-feira (14) e encaminhou um ofício à presidente com apelo à desapropriação da área para que as famílias permaneçam no local. Segundo a prefeitura, ele também pediu ao governador Geraldo Alckmin (PSDB) que determine ao comando da Polícia Militar que não faça a reintegração de posse enquanto houver decisões judiciais pendentes.

Matéria 2: Moradores do assentamento Milton Santos invadem Instituto Lula em SP 23/01/2013

Paulo Gama
De São Paulo

Cerca de cem pessoas, ameaçadas de despejo de um assentamento regularizado há sete anos no interior de São Paulo, invadiram por volta das 6h30 desta quarta-feira o Instituto Lula, no Ipiranga, zona sul da capital.

Segundo representantes do assentamento, o grupo quer com a invasão fazer com que o ex-presidente Lula interceda por eles junto à presidente Dilma Rousseff para que assine um decreto de desapropriação por interesse social, para encerrar disputas pela propriedade da área.

Os moradores do assentamento, localizado entre Americana e Cosmópolis (interior de SP), foram notificados por um oficial de Justiça a desocuparem a área até o dia 30 deste mês.

O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) também já foi notificado sobre a medida.

Desde a tarde de ontem (22), outros representantes do assentamento fazem greve de fome em frente à Secretaria da Presidência da República em São Paulo.

No último dia 15, outras 120 pessoas invadiram a sede do Incra, na região central de São Paulo, e impediram a entrada de funcionários no local.

TEMOR

Os lavradores temem que o assentamento Milton Santos seja invadido pela Polícia Militar e que haja uma reintegração de posse violenta, semelhante à ocorrida há um ano no Pinheirinho, em São José dos Campos (SP).

A maioria das casas é de tijolos. Nos lotes, há hortas, criações de animais e algumas famílias contam com antena de TV por assinatura.

Os lotes, que somam cem hectares, têm plantações como milho, mandioca, abóbora e banana. Pelas regras do MST, não se usa agrotóxico.

Os agricultores produzem para consumo próprio, mas também vendem para prefeituras que usam os alimentos na merenda escolar. A ameaça de despejo obrigou muitos a desistir do comércio.

Rosângela Borges, 39, teme não conseguir cumprir um novo contrato. Por isso, desde setembro, deixou de vender R\$ 1.000 mensais de mandioca e verduras. "Você se estabiliza e aí vem um tranco desses", afirma.

Vanessa Facchini, 29, diz não conseguir dormir direito. Ela não quer ser surpreendida pela polícia. O marido pede à Folha para não ser fotografado, pois afirma que, se for preciso, vai resistir à reintegração de posse.

O Incra, órgão responsável pela reforma agrária, diz ter seguido os trâmites legais para transformar a área em assentamento em 2005.

Mas tanto a família dona do terreno até a década de 1970 -quando a área foi tomada para pagar dívidas com a União- como a Usina Ester, que ocupava o local antes dos agricultores, brigam na Justiça pela posse.

Em decisão referente à ação da usina, foi determinada a desocupação do imóvel. Mas ainda não há prazo definido para que isso ocorra.

O MST defende que haja um decreto de desapropriação por interesse social. Por essa área, já fez marcha na avenida Paulista em frente ao escritório da Presidência e conta com o apoio de parlamentares em intermediação com o Palácio do Planalto.

O problema é que, segundo o Incra e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), apesar de a família Abdalla também ter decisão favorável para retomar a área, essa ação não foi concluída, e o terreno continua registrado como sendo do instituto.

Nenhum representante da usina quis se manifestar. A defesa da família Abdalla não foi localizada.

Matéria 3: Lula muda agenda para evitar encontro com assentados (23/01/2013)

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva alterou sua agenda de trabalho para evitar encontrar-se com assentados rurais que invadiram a sede de seu instituto nesta quarta-feira (23), em São Paulo.

Segundo o diretor-presidente da entidade, Paulo Okamoto, Lula disse ter ficado chateado com a invasão e desistiu de ir ao local.

"Lula ficou chateado porque o pessoal invadiu e ele teve que mudar sua agenda", afirmou Okamoto, após reunir-se pela segunda vez com os cerca de 50 manifestantes que estão no Instituto Lula, na zona sul da capital paulista.

Okamoto, no entanto, disse que os manifestantes têm a solidariedade de Lula para resolver o problema do assentamento.

Os manifestantes, moradores do assentamento Milton Santos, no interior paulista, querem que o ex-presidente intervenha junto ao governo federal para reverter a ordem de despejo do local, previsto para ser realizado no dia 30 deste mês.

Okamoto ligou para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, para discutir o caso e disse ter conseguido a divulgação de uma nota, pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e pelo ministério, afirmando que o governo federal vai dialogar com os assentados, desde que eles deixem os locais ocupados. A sede do Incra em São Paulo também foi invadida.

Segundo Okamoto, o presidente do Incra, Carlos Guedes, entrará em contato com os invasores. "A partir de agora a relação deles é com o governo", disse.

O dirigente do instituto reclamou que os manifestantes nunca pediram uma audiência com o ex-presidente Lula, fato que foi confirmado pelo representante dos assentados, Paulo Albuquerque.

"Não posso concordar com os métodos que estão usando", afirmou Okamoto. A segurança do instituto deverá ser alterada, segundo o auxiliar de Lula.

Veja fotos da invasão

O grupo invadiu a sede do instituto por volta das 6h30 da manhã. O vigia Valdemir Timóteo, que dorme no sobrado onde funciona a entidade, disse que dois homens o cercaram quando ele foi abrir o portão e informaram que iriam invadir o instituto. Em seguida, cerca de 20 pessoas entraram rapidamente no sobrado.

Ao longo da manhã, outros assentados e simpatizantes chegaram ao local. O grupo Intersindical, ligado ao PSOL, mobilizou algumas pessoas para participarem da invasão. Há estudantes universitários e filiados ao PSTU entre os manifestantes.

O assentamento da reforma agrária Milton Santos criado pelo Incra em 2005, durante o governo Lula. No local vivem 75 famílias, segundo representantes do assentamento.

O terreno está em disputa judicial entre o INSS e a família proprietária da terra, que teria dívidas com a União.

Uma decisão da Justiça, de 2012, ordenou a desocupação no fim deste mês.

O grupo tenta fazer com que Lula pressione a presidente Dilma Rousseff a assinar um decreto para desapropriar a área do assentamento, localizado entre as cidades de Americana e Cosmópolis, por interesse social, encerrando disputas judiciais pela propriedade da terra.

Matéria 4:Lula ficou 'chateado' com invasão, diz presidente do instituto (23/01/2013)

De São Paulo

O presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto, afirmou que o ex-presidente ficou "chateado" com a invasão da sede da instituição, mas disse que os manifestantes têm a solidariedade do petista.

"Ele disse que ficou chateado porque o pessoal invadiu. Ele teve que mudar a sua agenda, mas faz parte. Eles têm a solidariedade do presidente Lula para resolver o problema do assentamento, o que eu não posso concordar é com os métodos que eles estão usando. Eu acho a invasão inadequada", afirmou.

Entre cinquenta e cem pessoas ameaçadas de despejo do assentamento Milton Santos, na região de Campinas, invadiram a sede do instituto, no Ipiranga, zona sul de São Paulo, por volta das 6h30 desta quarta-feira (23).

O grupo quer fazer com que ex-presidente pressione Dilma Rousseff para que ela assine um decreto de desapropriação da área, o que encerraria disputas pela propriedade do local.

Okamoto se reuniu com os invasores duas vezes ao longo do dia.

No primeiro encontro, logo após a invasão, ouviu as reivindicações do grupo. Depois, no final da tarde, foi comunicá-lo sobre a decisão do governo de receber seus representantes, desde que eles deixem os prédios invadidos.

"A partir de agora é a relação deles com o governo, o nosso papel é só levar os fatos que ocorreram", afirmou Okamoto.

Ele também disse que não há decisão por enquanto sobre uma medida para pedir a desocupação da sede do instituto. "Por enquanto eles estão como nossos convidados, mas não podem ser convidados eternos, tem que achar uma solução."

Ele disse também que, em função da invasão, "algumas rotinas" do instituto terão de ser alteradas para dar mais segurança.

Matéria 5: Manifestantes decidem passar a noite no instituto Lula (23/01/2013)

Daniel Roncaglia

De São Paulo

Parte do grupo de manifestantes que invadiu o Instituto Lula, na zona sul de São Paulo, nesta quarta-feira, pretende passar a noite na sede da entidade.

Segundo os manifestantes, cerca de 50 pessoas continuam no prédio, invadido pela manhã para protestar contra o despejo de famílias do assentamento Milton Santos, localizado entre Americana e Cosmópolis (interior de SP). Segundo o grupo, o instituto concordou com a permanência deles no local.

Os moradores do assentamento foram notificados por um oficial de Justiça para desocuparem a área até o dia 30 deste mês. A área é alvo de disputa judicial.

Em nota divulgada nesta quarta-feira, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) exigiu a saída dos manifestantes do prédio do instituto para se reunir com o grupo. Na nota, o Incra afirma que "vem tomando todas as medidas judiciais pertinentes para comprovar que o domínio do imóvel é público, com o objetivo de suspender a reintegração de posse".

"A proposta do Incra é mais uma manobra para nos enrolar. Essa reunião é já estava agendada", disse Vandr  Paladini Ferreira, advogado do grupo de manifestantes.

Mais cedo, o ex-ministro Luiz Dulci, diretor do Instituto Lula, afirmou que considera justa a causa dos assentados, mas que o instituto não vai interferir junto ao governo.

"Esperamos que o movimento entenda que, se queria dar visibilidade   causa, talvez já tenha conseguido. Mas o instituto não interfere em decisões de governo. Não são nesta área como em nenhuma outra", disse.

Eles pretendem continuar no prédio até pelo menos ao meio dia de amanhã, quando decidirão se continuam no prédio.

Além da invasão ao prédio do instituto, os manifestantes também entraram na sede do próprio Incra em São Paulo na semana passada.

O caso

A  rea do assentamento era de propriedade do grupo Abdalla, mas na década de 70 foi tomada para o pagamento de d vidas com a União.

A fazenda está registrada em nome do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que, em 2005, cedeu a terra ao Incra para o assentamento.

Uma a o da Justiça reconheceu um excesso na cobrança da União sobre o grupo e determinou devolu o de bens confiscados acima do devido, incluindo a área do assentamento.

Matéria 6: Dire o do MST nega participa o na invasão do Instituto Lula (23/01/2013)

Daniel Roncaglia

De São Paulo

O MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) negou que seus militantes façam parte da invasão do Instituto Lula, que ocorreu na manhã desta quarta-feira (23).

Cerca de cem pessoas ameaçadas de despejo do assentamento Milton Santos invadiram a sede do instituto onde o ex-presidente Lula costuma despachar em São Paulo.

Segundo o MST, os invasores são membros da Intersindical, central sindical ligada ao PSOL e que faz oposi o   CUT (Central única dos Trabalhadores).

Em sua página, a Intersindical critica as "consequências drásticas" da "submissão e defesa cega da CUT em rela o ao governo" Lula.

Apesar disso, parte das famílias do assentamento Milton Santos é filiada ao MST. O movimento participou da invasão da sede do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em São Paulo, que ocorreu no dia 15 de janeiro.

Também organizou protestos, como bloqueios em rodovias no interior. Em seu site, o MST coloca em destaque textos sobre o assentamento.

Porém, em dezembro, quando um grupo do mesmo assentamento tentou invadir o Escritório da Presidência em São Paulo, não recebeu apoio oficial da direção do MST.

"Os protestos organizado pelo MST têm como orientação geral denunciar os verdadeiros inimigos da reforma agrária, como o agronegócio, o latifúndio, o Poder Judiciário e a imprensa burguesa e pressionar os órgãos de Estado para que façam a Reforma Agrária", informa o MST em nota.

Segundo o grupo que invadiu o Instituto Lula, a intenção do protesto é fazer com que o petista interceda por eles junto à presidente Dilma Rousseff para que assine um decreto de desapropriação por interesse social, para encerrar disputas pela propriedade da área.

Os moradores do assentamento, localizado entre Americana e Cosmópolis (interior de SP), foram notificados por um oficial de Justiça a desocuparem a área até o dia 30 deste mês.

A área do assentamento era de propriedade do grupo Abdalla, mas na década de 70 foi tomada para o pagamento de dívidas com a União.

A fazenda está registrada em nome do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que, em 2005, cedeu a terra ao Incra para o assentamento.

Uma ação da Justiça reconheceu um excesso na cobrança da União sobre o grupo e determinou devolução de bens confiscados acima do devido.

Em outra ação do Incra contra a Usina Ester, que ocupava a área antes das famílias do assentamento, a Justiça Federal entendeu que o imóvel foi readquirido pelo grupo Abdalla, o que gerou a determinação de retirada das famílias.

Leia abaixo a íntegra do comunicado do assentamento sobre a ocupação:

Chegamos a uma situação limite.

Somos 68 famílias que, depois de anos e anos de luta, fomos assentadas num terreno de 104 hectares localizado entre os municípios de Americana e Cosmópolis. Este terreno pertenceu à família Abdalla, ricos empresários que perderam o a área durante a ditadura militar por dívidas trabalhistas.

Em 2006, o presidente Lula e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nos instalaram no Sítio Boa Vista. Desde então, para a consolidação deste

assentamento, depositamos tudo o que tínhamos: nosso trabalho e nossa vida na produção de alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos. Passamos por inúmeras dificuldades para produzir. Mesmo assim, passo a passo, conseguimos estabelecer parcerias com mais de 40 entidades e escolas através do Programa Doação Simultânea. E, hoje, temos orgulho de dizer que somos uma comunidade que fornece mais de 300 toneladas de alimentos para a região metropolitana de Campinas.

Após consolidarmos nossas vidas nesta terra com o suor de anos de trabalho e dedicação, recebemos em maio de 2012 a notícia de que a família Abdalla, aliando-se à Usina Ester, havia recuperado as terras na justiça e ganhou o seu direito de posse. A justiça federal, então, emitiu um aviso ao INCRA de que deveríamos ser retirados em prazo determinado, caso contrário, haveria a reintegração de posse do terreno.

O INCRA moveu vários recursos em vão. Realizamos audiências com os representantes do órgão, que afirmavam que não sairíamos do assentamento e que, se fosse preciso, seria assinado o decreto de desapropriação por interesse social. Fizemos reunião com representantes do governo federal; e estes também garantiram que o problema seria resolvido, sem que precisássemos deixar nossas casas. No entanto, o tempo passou e nada mudou. Ao contrário, para a nossa aflição, aproxima-se a data em que assistiremos à destruição do esforço de toda uma vida: nossas casas, nossas plantações, nossos sonhos.

Sabemos que todas as possibilidades jurídicas já foram esgotadas e que o destino de nossas famílias depende, isto sim, da vontade política de quem pode decidir. Também sabemos que não nos resta outra alternativa senão um grito de apelo.

Lembramos que há exatamente um ano, em um quadro bastante semelhante, 1600 famílias foram brutalmente despejadas da área do Pinheirinho. Um representante político como Lula, que agora tem a honra de batizar uma instituição que zela pelo "exercício pleno da democracia e a inclusão social", não pode permitir que uma situação dessas se repita.

Lula foi o Presidente da República que, em 2006, assinou a concessão do terreno do Assentamento Milton Santos para fins de reforma agrária. Todo processo ocorreu com o seu conhecimento e do órgão do governo federal responsável pelo assunto, o Incra.

Confiemos que o peso de sua figura política seja capaz de interceder em favor de nós, assentados, e estabelecer um diálogo mais direto com a presidente Dilma Rousseff, para que esta se disponha a nos receber pessoalmente em uma audiência e assine o decreto de desapropriação por interesse social.